

**PAULO FERREIRA SILVEIRA**

**ESTRATÉGIAS DOS BANCOS MÚLTIPLOS PRIVADOS BRASILEIROS: UMA  
ANÁLISE A PARTIR DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**SALVADOR**

**2001**

**PAULO FERREIRA SILVEIRA**

**ESTRATÉGIAS DOS BANCOS MÚLTIPLOS PRIVADOS BRASILEIROS: UMA  
ANÁLISE A PARTIR DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Monografia apresentada no curso de graduação de  
Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à  
obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas**

**Orientador: Prof. Luis Alberto Petitinga**

**SALVADOR  
2001**

## AGRADECIMENTOS

Durante todo o período do curso de economia, o qual originou esse trabalho monográfico, tive o privilégio de conhecer muitas pessoas que contribuíram intensamente para meu aprendizado. Este aprendizado não se limitou ao conhecimento técnico-científico, ele extrapolou para um aprendizado ético-profissional e, sobretudo, uma verdadeira lição de vida.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a todos os meus professores, os quais, com grande dedicação, fizeram jus a essa espetacular profissão que tem por objetivo transmitir conhecimento – trabalho este muito honroso. À Petitinga que teve a paciência de me orientar nesta jornada de elaboração da monografia; à José Sérgio Gabrielli, que me mostrou a ultrapassar meus próprios limites, à André Ghirard, professor que possuo imensa admiração pela sua humildade, ética e espetacular capacidade de transmitir conhecimento; e a Hamilton, o qual fez-me conhecer de forma nunca vista a economia internacional.

Grandes colegas, que se tornaram companheiros, participaram deste grande caldeirão de aprendizado, acrescentando temperos essenciais para minha formação humana. Tenho obrigação de prestar agradecimentos a Raimundo Mercês, Eneida Cristina – (casal inseparável e de grande garra), Artur Magalhães, Suzana Nascimento, Elaine Lago e outros que, porventura não tenha mencionado, também participaram desta minha jornada acadêmica.

Não posso deixar de agradecer também aos meus companheiros de estágio em diversas organizações como o Mestre em economia Ranieri Muricy, o qual soube transmitir de forma simples e profunda seus pensamentos econômicos, além do apoio fundamental e compreensão nas horas que, por motivo da elaboração desta monografia, fiquei impossibilitado de comparecer ao estágio . Gostaria de agradecer também a Fróes, Jorge e Lopes, companheiros indubitáveis na minha passagem como estagiário do SETEC – Banco do Brasil.

Evidentemente que essa jornada não poderia ser cumprida sem o apoio fundamental de minha família e da minha nova família. Agradeço o apoio de minha mãe, meu pai e de minha irmã Catarina que, com o devido esforço, sempre estiveram ao meu lado.

Do lado de minha nova família, por fim, e com um carinho especial, quero prestar uma grande homenagem a minha esposa – Jô – que, além de contribuir imensamente na elaboração desta monografia, permitiu-me conhecer todas as suas qualidades, fazendo-me escolhê-la – e perfeitamente escolhida – para ser minha parceira nesta missão aqui pela terra. Gostaria também de agradecer a tio Tide, meu sogro, que me forneceu de boa vontade as condições materiais necessárias para concluir esta etapa de minha vida. Meu filho Pedro também é merecedor de grandes agradecimentos, pois, além de tudo que representa para mim, é ele quem consegue transformar meu humor ao sorrir quando chego em casa com um astral não tão bom.

## **RESUMO**

Depois da implantação do Plano Real em 1994 e da conseqüente estabilização monetária, as instituições bancárias passaram por uma profunda reestruturação. Muitos bancos faliram, outros sofreram intervenção do Banco Central devido a insolvência. Entretanto, analisando de um ângulo mais afastado, pode-se perceber que os bancos como um todo tiveram um desempenho muito bom neste mesmo período. Os ativos totais desse setor cresceram bastante e seus lucros também. O objetivo deste trabalho foi analisar, à luz da teoria econômica, as diversas estratégias adotadas pelos bancos nesse período, utilizando dados das suas demonstrações financeiras. A análise foi centrada em indicadores tais como grau de alavancagem e lucratividade.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>O SISTEMA BANCÁRIO</b> .....	<b>10</b>
2.1	A MOEDA COMO PRINCIPAL ELEMENTO.....	10
2.2	O SISTEMA MONETÁRIO ATUAL .....	11
2.3	O SISTEMA FINANCEIRO E OS BANCOS.....	13
2.4	TEORIA DA FIRMA BANCÁRIA .....	16
2.5	FASES DA EVOLUÇÃO DOS BANCOS .....	19
2.6	A AUTORIDADE MONETÁRIA E A REGULAÇÃO BANCÁRIA. ....	23
<b>3</b>	<b>ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS.</b> .....	<b>28</b>
3.1	ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS EM KEYNES.....	28
3.2	ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS EM MINSKY.....	30
<b>4</b>	<b>ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS NO BRASIL NA DÉCADA DE NOVENTA ...</b>	<b>35</b>
4.1	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS .....	35
4.1.1	<b>Estrutura do Plano de Contas</b> .....	37
4.1.2	<b>Índices Utilizados</b> .....	41
4.2	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS ATIVIDADES BANCÁRIAS. ....	43
4.3	ÊNFASE NA EXPANSÃO DO PASSIVO POR EMPRÉSTIMO E REPASSES.....	45
4.4	GRAU DE ALAVANCAGEM DAS OPERAÇÕES ATIVAS .....	47
4.5	ÊNFASE NAS ESTRATÉGIAS DE LIQUIDES .....	49
4.6	CAPTAÇÃO DE RECURSOS .....	52
4.7	ANÁLISE DOS DEZ MAIORES BANCOS MÚLTIPLOS PRIVADOS. ....	55
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>59</b>
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....	61

### Lista de Gráfico

Gráfico 1 – Evolução dos Ativos Totais e do Lucro Real dos Banco Múltiplos em moeda constante (R\$ milhões). .....	44
Gráfico 2 – Obrigações por Empréstimos e Repasses em Moeda Constante em R\$ milhões e em %. .....	45
Gráfico 3 – Índices do Grau de Endividamento e da Proporção de Obrigações Externas em %. .....	47
Gráfico 4 – Créditos em atraso e Grau de Alavancagem dos Bancos Múltiplos Privados. ....	48
Gráfico 5 – Proporção do Volume de Créditos e dos Títulos Públicos no Total do Ativo em %. .....	50

### Lista de Tabelas

Tabela 1 – Principais Contas do Ativo do Balanço patrimonial dos Bancos Múltiplos Privados em moeda constante em R\$ bilhões. ....	51
Tabela 2 - Proporção das Principais contas do Ativo do Balanço Patrimonial dos Bancos Múltiplos Privados (%) .....	52
Tabela 3 - Principais Contas do Passivo do Balanço dos bancos múltiplos Privados (R\$bilhões) .....	53
Tabela 4 – Proporção das Contas do Passivo do Balanço Patrimonial dos Bancos Múltiplos Privados ( % ) .....	54
Tabela 5 – Estrutura Patrimonial dos dez Grandes Bancos Privados - 1994/98 (bilhões de dez/98) .....	56
Tabela 6 - Resultado de 10 Grandes bancos Privados – 1994/1998 (R\$ milhões) .....	57

## 1 INTRODUÇÃO

Durante a década de noventa o setor bancário foi visto como o mais afetado pelas políticas de estabilização do Plano Real. Assim, o governo proporcionou uma série de incentivos a este setor para sua reestruturação, como a criação do PROER e a abertura do setor ao capital internacional, por exemplo. Muitos bancos foram adquiridos, outros incorporados e outros foram até liquidados.

Contraditoriamente, entre 94 e 98 a média da rentabilidade dos dez maiores bancos ficou na faixa de 12%, caracterizando o sucesso dos bancos em manter seu nível de rentabilidade no período<sup>1</sup>. Com desempenho superior a este índice destaca-se o banco Itaú que, segundo Gradilone (2000), no final de 99 atingiu a posição de empresa privada de capital aberto com o maior lucro em todos os tempos e, segundo Economática<sup>2</sup>, tem aumentado sua lucratividade na década de noventa mesmo com a perda das receitas inflacionárias.

O objetivo desse trabalho é caracterizar o funcionamento e a importância do setor bancário para a economia como um todo, identificando também as estratégias ativas e passivas utilizadas pelos mesmos para se ajustarem aos ciclos econômicos recentes. Dito de outra forma, pretende-se analisar os bancos, em relação à agressividade na concessão dos empréstimos e na administração de seus balanços (alavancagem financeira), quanto ao crescimento da receita dos serviços bancários como consequência dos efeitos da política monetária – taxa de juros, empréstimos compulsórios e emissão de títulos públicos. *A priori* a conclusão que pode-se chegar com esta análise é que os bancos desenvolveram capacidade exitosa de se adequar às oscilações do mercado com um processo de concentração ativos, tendo a contribuição do aporte financeiro governamental e da participação competitiva de bancos estrangeiros.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo discute-se os determinantes do sistema bancário, como ele está inserido dentro do sistema financeiro brasileiro, sua relevância para o sistema monetário e conseqüentemente sua influência

---

<sup>1</sup> (Paula, 1999b).

<sup>2</sup> Site que resume demonstrações financeiras de diversas empresas no mundo ([www.economica.com.br](http://www.economica.com.br))



na política monetária. Discute-se também as teorias existentes sobre o comportamento da firma bancária bem como sua evolução.

Em seguida, no segundo capítulo, o foco está estabelecido na concepção de estratégias bancárias determinadas por alguns autores. No terceiro e último capítulo, a parte empírica do trabalho, é analisado as demonstrações financeiras dos bancos múltiplos privados além da análise dos dez maiores bancos privados estabelecendo relações com as estratégias bancárias adotadas pelo conjunto dos bancos.

## 2 O SISTEMA BANCÁRIO

### 2.1 A MOEDA COMO PRINCIPAL ELEMENTO

Para ter uma noção da função do sistema bancário para a economia é necessário uma abordagem do seu principal componente estrutural: a moeda. É com base na moeda (a moeda cumprindo suas funções de meio de pagamento e reservas de valor) que se desenvolveu a atividade bancária.

Não é visível a importância da moeda ou do sistema financeiro para um indivíduo que não pertença a uma sociedade onde as trocas entre as pessoas são fundamentais, isto é, a moeda não significa nada para quem não vive em uma sociedade baseada em trocas, ou, no mundo capitalista.

A circulação de mercadorias é a principal causa da existência da moeda. A história antecedente da moeda é a realização do comércio entre os indivíduos através do escambo. Esta atividade primitiva proporcionava para todos os participantes do mercado um custo muito elevado que são os custos de transação, este custos – como o próprio nome já diz – se referem às despesas necessárias para a concretização das trocas de mercadorias.

Um segundo problema era a necessidade de haver uma coincidência mútua entre os comerciantes no valor das mercadorias trocadas, isto é, quem quisesse trocar mercadorias, além de ter que encontrar alguém que quisesse trocar também, teria que encontrar uma pessoa que possuísse uma mercadoria com valor igual ao que ele estava trocando, o que caracterizava uma restrição para a fluidez do comércio. Além dessa concordância, deveria haver uma coincidência complementar entre os dois no que se refere ao próprio objeto permutado, visto que um dos comerciantes tinha que trocar suas necessidades por algo que ele estivesse precisando, assim como para o outro comerciante.

A introdução da moeda trouxe uma facilidade para as trocas nas sociedades, tendo ela assumido várias funções: meio de troca, padrão de valor e estoque de riqueza. Como meio de troca a moeda facilitou o desenvolvimento do comércio; como padrão de

valor facilitou as trocas referenciado os padrões de valor dos objetos permutados; e como estoque de riqueza a moeda serviu para o surgimento de um novo mercado que é o mercado de dinheiro.

Primeiramente surgiu a moeda-mercadoria, a qual determinava seu próprio valor. Essa moeda-mercadoria normalmente era produzida de algum metal precioso e por isso seu valor era intrínseco à sua constituição. O seu valor dependia do processo produtivo para sua constituição, no caso de metais preciosos, das reservas existentes, ou de sua escassez. Isto impedia qualquer padrão de valor fixo. Fato que o papel moeda possui.

As vantagens do papel moeda são óbvias e vai desde o transporte até a padronização do valor. Entretanto o papel moeda não possui um valor intrínseco e necessita de algo que garanta seu valor. Nestas condições, o Estado monopolizou a emissão do papel moeda e assegurou o valor dela. As instituições bancárias são responsáveis por intermediar as relações entre o Estado e a sociedade nessas relações monetárias.

Esse novo mercado proporcionou o surgimento de diversas instituições privadas e governamentais, além de regulamentações com a função de controlar e viabilizar, de maneira ordenada, o fluxo de moeda na economia.

## 2.2 O SISTEMA MONETÁRIO ATUAL

Para que a moeda (o papel-moeda) seja emitida é necessário a deliberação da autoridade monetária. A emissão da moeda deve estar de acordo com as necessidades identificadas em cada período na atividade econômica. Nem toda a moeda emitida, entretanto, se encontra em circulação, uma grande parte fica retida no Banco Central como consequência de política monetária, mais tarde discutida.

A moeda em circulação ou o meio circulante é definido como o montante da moeda emitida numa economia menos o saldo retido no caixa das autoridades

monetárias. Ao deduzir do meio circulante a quantidade de moeda disponível nos caixas dos bancos chega-se ao conceito de moeda em poder do público.

Existe ainda um outro tipo de moeda chamado de moeda escritural. Essa moeda é uma ordem de pagamento originada da generalização do papel-moeda. Um indivíduo, ao abrir uma conta corrente em um banco comercial qualquer recebe um talão de cheques. Os cheques poderão ser utilizados para realizar qualquer tipo de transação no mercado sem precisar da intervenção do papel-moeda. O cheque é o meio mais comum de movimentar a moeda escritural. O montante dos depósitos a vista do público junto aos bancos se iguala ao total da moeda escritural na economia.

Somando os depósitos a vista e os saldos de moeda em poder do público chega-se ao primeiro agregado monetário da economia: os meios de pagamento, também denominados de M1. Este agregado monetário representa todos os haveres com liquidez imediata em poder do público (exceto o setor bancário). Pode ser também considerado como uma medida de avaliação do nível de liquidez do sistema econômico.

Os Meios de Pagamento podem ser alterados de duas formas: a primeira, anteriormente comentada e a mais simples, é através da emissão de papel-moeda; o segundo é pelo sistema bancário diante de sua capacidade de criar moeda que será agora explicado.

A característica fundamental dos bancos comerciais em relação a outras instituições financeiras é sua capacidade de criação da moeda, é uma prerrogativa exclusiva dos bancos comerciais como intermediários financeiros. A criação de moeda acontece quando os bancos comerciais captam depósitos à vista e, com os recursos desses depósitos, realizam operações de empréstimos para tomadores de recursos, isto é, para outros agentes financeiros. Os bancos trocam um passivo (depósitos a vista) por um direito (empréstimos a receber), criando moeda. Há, nesse momento, uma influência na quantidade de moeda em circulação. Passa a circular na economia, além do dinheiro em depósito no banco comercial, o montante do empréstimo concedido.

Os empréstimos concedidos, por outro lado, passam pelo mesmo ciclo anterior. Eles vão fazer parte dos depósitos à vista de algum agente financeiro, no primeiro banco

ou em outro banco qualquer, fazendo com que o ciclo comece novamente, seguindo um percurso igual na economia, promovendo sucessivos processos de criação de moeda. A magnitude do processo será determinada pelo multiplicador bancário.

Uma pergunta poderia surgir: e se os depositários resolvessem retirar seus depósitos de uma só vez? A resposta é muito conhecida pelos banqueiros. Com o desenvolvimento das atividades de intermediação financeira – explicadas em seção posterior - os banqueiros notaram que nem todos os depositantes retiram seus recursos dos bancos de uma só vez. Há uma média de saques calculada pelos bancos de acordo com o perfil de seus clientes. Com essa informação, os bancos podem deixar essa média disponível para saque em caixa e utilizar o outro montante de recursos para concessão de empréstimos.

### 2.3 O SISTEMA FINANCEIRO E OS BANCOS

O sistema financeiro nacional pode ser entendido como um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam, em última análise, transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo) superavitários para os deficitários, servindo como intermediários financeiros.

Todo processo de desenvolvimento de uma economia exige a participação crescente de capitais, que são identificados por meio de encaixes disponíveis em poder dos agentes econômicos e direcionados para os setores produtivos carentes de recursos, mediante intermediários e instrumentos financeiros. A existência de intermediários financeiros promove muitas vantagens para a economia como um todo:

- (a) Baixos custos transacionais;
- (b) Concessão de empréstimos com prazos diferenciados e conseqüentemente maior liquidez;
- (c) Redução do risco;

Há baixos custos transacionais porque, como são muitos emprestadores necessários para formar uma quantia passível de ser emprestada, então, se separados,

seria necessário um grande número de analistas amadores para avaliar as condições de pagamento do tomador, enquanto que, com os intermediários financeiros, é necessário poucos analistas, estes sendo ainda profissionais.

Há a possibilidade de concessão de empréstimo a longo prazo pois, o número de depositantes é grande e a decisão de sacar ou não o dinheiro do banco depende de decisões aleatórias, o que pode ser reduzido em uma distribuição de probabilidade, possibilitando prever o saque do dinheiro pelos emprestadores (depositantes), o que não acontece de maneira uniforme e no mesmo período, possibilitando maior liquidez.

Há a redução do risco, primeiro porque, como o intermediário financeiro é um analista de crédito profissional, a possibilidade de ocorrência de inadimplência reduz; segundo porque, se o tomador conseguir pagar apenas uma parte da sua dívida ela será igualmente distribuída entre os emprestadores e não recai apenas sobre uma parte dos emprestadores. Os intermediários possuem também modernos instrumentos de *hedge* que reduzem o risco significativamente.

Os intermediários financeiros são responsáveis por interpor-se entre tomadores e emprestadores. A função básica deles é tomar emprestado dos emprestadores finais e conceder empréstimos aos tomadores finais, no sentido de permitir a maior fluidez possível dos recursos financeiros. Entretanto, não há um tipo de instituição que satisfaça todas as exigências de tomadores e emprestadores, por isso existem diversos tipos de instituições financeiras, cada uma com sua própria função.

O sistema financeiro nacional pode ser dividido em dois grupos. O primeiro é o subsistema normativo (governamental), que é responsável pela regulação e funcionamento do mercado financeiro e de suas instituições. O segundo é o subsistema de intermediação, da qual fazem parte as diversas instituições financeiras públicas e privadas. Essas instituições podem ser classificadas em dois tipos: bancárias e não-bancárias.

As instituições financeiras bancárias são as instituições depositárias, isto é, aquelas que podem captar depósitos à vista e por isso tem a capacidade de criação de moeda (moeda escritural), explicado anteriormente. Operam basicamente com ativos

financeiros monetários que representam os meios de pagamento da economia (dinheiro em poder do público mais depósitos a vista em bancos). Essas instituições são representadas basicamente pelos bancos comerciais e múltiplos. As instituições financeiras não-bancárias não podem captar depósitos à vista, mas operam na intermediação financeira com passivos de longo prazo. São exemplos os bancos de investimento e as sociedades de crédito, financiamento e investimento, mais conhecido como financeiras.

Dentre outras funções das instituições financeiras, as principais são:

- (a) Fornecer informações para tomadores e emprestadores com relação aos direitos e obrigações de cada um;
- (b) Reduzir o risco, já que há uma equipe de profissionais especializados na concessão de empréstimos;
- (c) Redução do custo com a ampliação da escala na concessão de empréstimos;
- (d) Emitir direitos eventuais sobre elas mesmas a fim de satisfazer a demanda por esses direitos por parte dos emprestadores, como as contas correntes, os depósitos de poupança e os diversos tipos de aplicações financeiras;
- (e) Transferir/ equalizar riscos com a possibilidade de criação de carteiras de ativos diversificadas e conseqüentemente de menor risco;
- (f) Dar liquidez aos ativos ao viabilizarem captações e aplicações com diferentes expectativas de prazos;
- (g) Oferecer serviços financeiros diversos como recebimento de pagamentos de títulos, efetuar cobranças, pagamentos e compensar débitos e créditos.

O mercado financeiro é o conjunto formado pelo mercado monetário e pelo mercado de capitais. Abrange todas as transações com moedas e títulos e as instituições que as promovem. É nesse mercado que as interações entre os agentes financeiros se realizam. Existem diversos tipos de ativos financeiros emitidos pelas instituições financeiras e que são negociados no mercado financeiro, são exemplos: ações, debêntures, letras de câmbio, CDBs, *Commercial Papers*, etc.

As ações, também chamadas de cota de participação, são os ativos mais conhecidos no sistema financeiro. O portador da ação de uma empresa possui direitos a

rendimentos sobre os lucros da mesma, sabendo porém que são vários os tipos de ações existentes diferindo com relação a possibilidade de participar ou não de decisões internas da firma; cobertura ou não do prejuízo da firma; e a prioridade sobre os dividendos.

A debênture é uma promessa de pagamento feita por um tomador onde é estabelecido no título o valor nominal, a taxa de juro paga anualmente e a data de vencimento – momento que a debênture será resgatada. O valor real de uma debênture varia de forma inversa a variação na taxa de juro do mercado.

As letras de câmbio são emitidas (sacadas) pelos financiados dos contratos de crédito, sendo aceitas pelas instituições financeiras participantes da operação. Posteriormente ao aceite, a letra de câmbio é vendida a investidores por meio dos mecanismos de intermediação do mercado financeiro.

O certificado de depósito bancário (CDB) é uma obrigação de pagamento futura de uma capital aplicado em depósito a prazo em instituições financeiras (bancos comerciais e bancos de investimento e desenvolvimento). Estes recursos destinam-se basicamente, ao financiamento do capital de giro das empresas.

O *commercial paper* constitui-se, na prática, numa nota promissória de curto prazo emitida por uma sociedade tomadora de recursos para financiar seu capital de giro. A garantia do título é do próprio desempenho da empresa, e os títulos podem ser adquiridos pelas instituições financeiras para sua carteira própria ou repasse a seus clientes investidores.

#### 2.4 TEORIA DA FIRMA BANCÁRIA

Assim como o processo produtivo das empresas capitalistas evolui, e com ele sua administração, os bancos também estão sujeitos a esse processo evolutivo. Teorias que antes se aplicavam perfeitamente ao real modo de funcionamento dos bancos, hoje não tem muita aplicabilidade, já que a economia como um todo passou por diversas



mudanças, tendo conseqüências no sistema financeiro juntamente com o comportamento estratégico das instituições bancárias.

De acordo com a visão clássica da intermediação financeira, originalmente desenvolvida por Gurley e Shaw (1955), os bancos, ao criarem moeda, estão apenas sendo um intermediador da transferência de recursos (poupança) das unidades superavitárias para unidades deficitárias (através dos empréstimos). De acordo com esta visão os bancos funcionam apenas como meros intermediadores passivos de recursos reais da economia e, desta forma, não têm influência alguma sobre a determinação das condições de financiamento da economia. O papel dos bancos se restringe a um instrumento de relação entre as autoridades monetárias e os agentes não-financeiros. A passividade e neutralidade dos bancos frente ao volume de financiamento da economia foi também desenvolvido por Eugene Fama (1980). Para ele o papel dos bancos é apenas o de prover serviços de pagamento.

Uma nova visão da atuação dos bancos foi apresentada em James Tobin (1987). De acordo com Tobin os bancos não são apenas criadores técnicos de moeda, isto é, a criação da moeda bancária não resulta de um ajustamento passivo a uma dada razão de reserva, isto, para ele, é uma concepção velha do multiplicador bancário. Tobin expõe que, de acordo com a “visão nova”, os bancos não tem as reservas como um fator de constrangimento visto que a maximização dos resultados positivos para os bancos depende das oportunidades de empréstimos e das taxas de juros estabelecidas por cada instituição. Assim, o tamanho do balanço dos bancos – o volume de seus ativos e passivos – seria determinado pelo seu comportamento otimizador. Sendo assim, não há uma passividade estratégica dos bancos, eles buscam, de forma ativa, a maximização das oportunidades de empréstimos.

Com base nesta nova visão da atuação dos bancos comerciais foram desenvolvidos vários modelos neoclássicos de firma bancária – cujo mais conhecido é o de Klein (1971) – que caracteriza os bancos como agentes maximizadores de lucro, os quais tem por objetivo atender as demandas dos tomadores e dos emprestadores de recursos até o ponto em que a receita marginal dos ativos se iguala ao custo marginal das obrigações. Esse modelos em geral tem focado o problema da escolha pelo banco

entre o ativo (em empréstimos) – os quais propiciam retornos – e as reservas – que tem como objetivo assegurar a liquidez.

Entretanto duas críticas podem ser feitas para esses modelos: a primeira é que ele considera o passivo dos bancos como dado, isto é, a quantia de depósitos não é passível de modificações pelo próprio banco e sim por outros agentes (os depositantes); a segunda crítica é que hodiernamente não há uma dicotomia entre reservas e empréstimos para assegurar a liquidez dos bancos. Keynes afirma que após o estabelecimento da taxa de reservas por força de lei ou por hábito, ela tende a ser mantida numa proporção estável ao longo dos anos pois o aumento desta taxa significa perdas de rendimentos e uma taxa menor poderia resultar em problemas de liquidez.

Na visão pós keynesiana da firma bancária, o qual tem uma lógica maior com os acontecimentos atuais do setor bancário, os bancos possuem preferência pela liquidez, assim como qualquer outra firma. Eles tem como base suas expectativas sobre o futuro incerto e a partir daí conformam seu potrilho de modo a conciliar lucratividade com escala de preferência pela liquidez. Isto é, os bancos realizam suas escolhas entre as oportunidades de empréstimos e obrigações a partir da liquidez que estas escolhas lhe trouxer, tomando como base as expectativas sobre o futuro incerto. Essas escolhas por sua vez afetam diretamente a criação de crédito e depósito bancário. Os bancos também tem a capacidade de gerenciar de forma ativa os dois lados do balanço, isto é, eles não tomam o passivo como dado, na medida em que procuram influenciar as preferências dos depositantes através do gerenciamento das obrigações e da introdução de inovações financeiras. Desta forma o comportamento dos bancos tem condições de impactar decisivamente sobre as condições de financiamento da economia e, em consequência, sobre o nível de gastos dos agentes, afetando assim as variáveis reais da economia, como produto e emprego.

Keynes, assim como em geral os teóricos pós-keynesianos, centrou sua atenção nos aspectos macroeconômicos da atividade bancária, enquanto a análise do comportamento do banco em nível microeconômico tem sido relegada, em geral, a comentários intuitivos, sem que tenha sido desenvolvida uma teoria keynesiana da firma bancária. Ainda que Keynes tenha, em alguns de seus trabalhos, destacado o papel crucial do sistema bancário na determinação do nível de investimento e, por

consequente, do nível da atividade econômica, ele escreveu pouco sobre os aspectos comportamentais dos bancos, só o fazendo de forma sugestiva. Em particular, a atividade bancária aparece de forma marginal na Teoria Geral.

Entretanto, a formulação dos princípios do comportamento dos bancos na visão microeconômica, deve resgatar a contribuição teórica de dois grandes autores, os quais enfatizaram o papel crucial do sistema bancário na determinação das flutuações cíclicas de uma economia monetária. São eles John Maynard Keynes com sua contribuição particular sobre o sistema bancário, desenvolvida no *Treatise on Money*, de 1930, e Hyman Minsky com suas idéias desenvolvidas no *Stabilizing an Unstable Economy* de 1986. Apesar de serem frutos de momentos distintos da evolução bancária, suas visões são compatíveis e complementares, constituindo os pilares para uma análise alternativa à visão convencional neoclássica dos bancos. A visão de Keynes corresponde ao estágio IV da evolução do sistema bancário estilizada por Victoria Chick (1992) – comentada em seção posterior – ou seja, o estágio em que o banco central já existe como prestador de última instância e os bancos, ao terem acesso a reservas adicionais junto a ele, podem atuar de forma mais agressiva, respondendo com dinamismo a um aumento na demanda por crédito dos agentes e expandindo, assim, as operações de crédito para além da capacidade determinada pelas reservas do sistema. A visão de Minsky sobre o sistema bancário, por sua vez, corresponde ao estágio V – mais avançado – em que os bancos passam a atuar dinamicamente nos dois lados do balanço, desenvolvendo técnicas de administração do passivo (liability management) como resultado do acirramento da concorrência entre instituições bancárias na busca ativa de oportunidades lucrativas nos negócios, o que faz com que os depósitos deixem de ser um parâmetro exógeno aos bancos.

## 2.5 FASES DA EVOLUÇÃO DOS BANCOS

Victoria Chick (1992) construiu a análise do sistema bancário tomando por base o modelo inglês mas que pode ser perfeitamente generalizado. Nesta seção encontra a síntese de sua análise e algumas complementações.

O desenvolvimento do sistema bancário pode ser visualizado em vários estágios, os quais são construídos de acordo com a identificação de características marcantes para

o próprio sistema. Esse processo de desenvolvimento evoluiu de forma gradativa, não havendo fenômenos drásticos que caracterizasse a ruptura entre uma fase e início de outra, por isso a identificação dos principais elementos que podem caracterizar as distintas fases do processo se torna uma tarefa complexa.

Entretanto pode-se dividir o desenvolvimento do sistema bancário em cinco estágios. No primeiro estágio os bancos eram numerosos e pequenos. Eles eram fundamentalmente receptores de poupança (depósitos diversos – reserva de valor) e as transações não tinham como intermediário principal os próprios bancos, isto é o papel dos bancos era secundário. Uma expansão dos empréstimos implicava em perdas de reservas, até mesmo para o sistema como um todo, visto que esses empréstimos não necessariamente voltavam para o sistema bancário. Desta forma os bancos eram dependentes dos depósitos para formar reservas e das reservas para obter capacidade para emprestar. Já os depósitos tinha como único elemento constituinte a poupança (a moeda como reserva de valor), e sua oferta para os bancos era determinada de forma exógena com uma simples preferência de alguns detentores de dinheiro em optar por reter o mesmo na forma de depósitos ao invés de retê-lo na forma de moeda. Esta opção somente ganhará força na medida em que os indivíduos percebem confiança do sistema bancário. Os bancos serviam apenas como elementos de ligação entre a poupança e o uso dessa poupança para investimento. Desta maneira quem determina o volume de investimento através do sistema bancário é a própria poupança, isto é os encaixes monetários dos indivíduos e das empresas.

No segundo estágio os bancos já demonstraram aos seus depositantes ser confiáveis nas suas operações bancárias. De acordo com a evolução da estrutura, os bancos já estão em número menor e em tamanho médio maior. A criação de agências disseminadas desenvolveu-se – diminuindo a concentração espacial dos bancos – contribuindo para a dispersão de riscos, reduzindo a perda de depósitos após a expansão dos empréstimos e aumentando a conveniência dos depósitos como meio de pagamento. A consolidação de acordos de compensação entre os bancos encoraja ainda mais a preferência dos indivíduos no sentido do uso dos depósitos como meio de pagamento. É esse o fator crucial para esta fase do sistema. Os depósitos não representam apenas a poupança mas também balanços de transação que financiam o circuito do consumo, movendo-se de um banco para outro, sem abandonar, de forma significativa, o sistema

como um todo. É esse processo que assegura que os empréstimos realizados não serão perdidos, significativamente, pelo sistema bancário.

Em consequência dessa garantia, os bancos são estimulados a conceder empréstimos com “dinheiro que não possuem”, desencadeando a expansão e a multiplicação do sistema como um todo. É dessa fase que surge o “multiplicador dos depósitos bancários” que nada mais é do que os bancos concederem empréstimos superior ao volume de suas reservas – com a manutenção de um nível mínimo de reservas estabelecido convencionalmente ou imposto pelas autoridades – porque grande parte dos empréstimos voltam para o próprio sistema bancário. Em consequência disso torna-se correto afirmar que o investimento pode anteceder a própria poupança. Ao realizar os empréstimos para financiar os investimentos, os recursos monetários não fogem do sistema bancário, visto que estes recursos serão meio de pagamento de bens, máquinas e diversos outros pagamentos feito pelo sistema bancário e recebido pelos próprios bancos.

Entretanto os bancos, por hábito ou por outro motivo qualquer, ainda mantém uma atitude acomodada quanto a buscar novos depósitos criadores de reservas. As reservas ainda são resultados da preferência dos depositantes na escolha de reter dinheiro em depósitos bancários ao invés de moeda.

No terceiro estágio desenvolve-se os mecanismos de empréstimo interbancário, que contribuiu para o uso eficiente das reservas disponíveis. As possibilidades que se abrem para os bancos individuais cada vez mais se aproximam daquelas que são acessíveis para o sistema como um todo, isto porque as relações financeiras existentes entre os bancos cresce, tornando-se um sistema unificado. Isso tem como consequência o aumento da velocidade de atuação do multiplicador de depósitos bancários.

O quarto estágio tem como marco, a aceitação da responsabilidade do Banco Central pela manutenção da estabilidade do sistema bancário, proporcionando maior redução do risco da atividade bancária. Essa segurança por parte dos banqueiros originou uma maior ousadia na concessão dos empréstimos, isto é, os bancos expandiram mais seu volume de empréstimos sem necessariamente aumentar a captação de depósitos. Evidente que cada vez que os bancos recorrem ao Banco Central para uma

ajuda financeira, é imposto uma penalização em taxa. Entretanto o que se observa neste fato é que os bancos são, agora, capazes de acompanhar qualquer aumento razoável da demanda por empréstimos. Os depósitos aumentarão em consequência disso e a carência de reservas é suprida pelo próprio sistema. Mesmo quando os bancos necessitem de socorro para as reservas com juros mais altos, poderá haver aumento da oferta de empréstimos na medida em que esses empréstimos se tornarem rentáveis para os próprios bancos, isto é, na medida em que a demanda aceitar pagar uma taxa de juros maior pelos empréstimos. Com todo esse processo as reservas bancárias se tornam cada vez mais irrelevantes, com exceção para as transações de balcão.

Esse estágio exigiu a adoção de uma nova teoria para o comportamento dos bancos. Os debates centralizam-se em dois pólos: de um lado a de que as autoridades monetárias controlam a base de reservas e, portanto, a oferta de moedas; e a de que a oferta de moeda é completamente endógena.

Neste quinto e atual estágio há uma crescente utilização de estratégias financeiras e comerciais deliberadas por parte dos bancos para captar recursos. Os bancos passam a criar novos produtos para tentar atrair mais recursos e administrar seu passivo. Os bancos passam a atuar do lado do passivo de forma agressiva, isto é, não esperam que os depósitos cheguem por vontade dos clientes mas tentam influenciar na medida do possível a vontade dos próprios clientes – a era do marketing. Isso acontece não só do lado do passivo mas do lado do ativo também, isto é, os bancos passaram a buscar ativamente oportunidades de empréstimos, ao invés do mero atendimento de todas as solicitações razoáveis de empréstimos, financiando a expansão das operações ativas pela oferta de taxas mais elevadas na captação de depósitos.

Alguns autores interpretam esta fase como uma transição para algum tipo de equilíbrio competitivo condicionado. De forma alternativa, esse estágio representaria uma estratégia de maximização e vendas em uma luta por uma parcela dominante do mercado. Outra explicação e que parece ser a mais razoável é aceitar a possibilidade da inexistência de uma solução competitiva estável e bem definida. Os mercados financeiros são diferentes dos mercados de bens: a demanda por empréstimo é finita apenas na ausência de “riscos morais”, não havendo garantia da ausência de riscos, especialmente quando se trata com empresas e governos, cuja extensão de vida é

indefinida não há um ponto de equilíbrio. A oferta de empréstimos também é um conceito problemático, na medida em que depende da avaliação dos riscos por parte do prestador, e essa avaliação, independente do cuidado que se tenha, está sujeita a um grande número de fontes de erro (incluindo a estimativa do “risco moral”). É impossível definir o conceito de oferta e demanda de empréstimos se não houver uma restrição exógena firme, como por exemplo, o racionamento de reservas.

A consequência para a pronta disponibilidade de empréstimos é a consideração da liquidez como assegurada. A discussão sobre regulamentação dos bancos passa das questões de liquidez (e controle através de pressões ou restrições sobre a liquidez) para a questão da adequação da disponibilidade de capital.

## 2.6 A AUTORIDADE MONETÁRIA E A REGULAÇÃO BANCÁRIA.

O poder que o sistema bancário tem de criar moeda possui grande significado econômico. Ele resulta no sistema de crédito elástico que é necessário para o progresso econômico a uma taxa de crescimento relativamente estável. Se o crédito bancário não estivesse disponível, a expansão da nossa capacidade produtiva e das nossas operações em muitos casos ficaria impossibilitada e em outros seria retardada até que se pudesse acumular fundos a partir de lucros ou outras fontes externas. As unidades produtivas seriam forçadas a manter um maior capital de giro para enfrentar as exigências de flutuações dos fundos. Tal prática seria antieconômica, já que grandes somas ficariam ociosas por um certo período, e durante os picos sazonais da atividade comercial poderiam até ser insuficientes.

A economia precisa de uma oferta de moeda adequada mas não excessiva. Se a oferta aumenta muito rapidamente, o resultado é a inflação, com todos os seus efeitos prejudiciais nos vários processos econômicos. Por outro lado, se a oferta de moeda retrai a produção, a economia pode sofrer deflação, com efeitos igualmente indesejáveis. O objetivo da política do Banco Central é permitir uma oferta de moeda compatível com os objetivos nacionais de preços estáveis, sólido crescimento econômico e uma alto nível de emprego. Os bancos comerciais desempenham um papel muito importante na implementação dessas políticas. Eles são o canal por meio do qual

a oferta monetária aumenta ou diminui em um esforço para atingir estes valiosos objetivos. Devido a isso que o governo exerce uma forte regulamentação sobre os bancos e o sistema financeiro de um modo geral. Abaixo estão listados outras razões da regulação governamental sobre as instituições bancárias.

A primeira razão utilizada para existir a extensa regulamentação do governo nesta área é a pouca informação do consumidor que, ao optar pela operação com um intermediário financeiro, não tem condições de avaliar a saúde daquele intermediário, pois não é um produto tangível e visível passível de avaliação, é necessário conhecimento para poder analisar a situação financeira do banco. Seria então necessário a regulamentação governamental para garantir a saúde das instituições e consequentemente dos depositantes. A assimetria de informação é a principal causadora de crises bancárias. Como os depositantes não tem como saber se sua instituição bancária é confiável ou não, qualquer rumor existente de possível insolvência há uma corrida de clientes com o objetivo de retirar os depósitos do banco. Isso poderia até causar insolvência nos bancos saudáveis resultando em um grande custo para a economia pois haveria um processo de desintermediação financeira. Para impedir isso existe a regulamentação bancária, o governo pode intervir de duas formas: como prestador de última instância e como segurador.

Uma segunda razão é que as instituições depositárias criam a maior parte do meio circulante e, uma falência destas instituições ocasionaria redução do meio circulante, com conseqüências para toda a economia, como a recessão e o desemprego.

A terceira razão é que os bancos administram o meio de pagamento e, com a falência de um banco, causaria uma interrupção no sistema de pagamentos, como por exemplo o funcionário que recebe por aquele banco não poderá pagar a hipoteca ao seu credor, e este não poderá cumprir com suas obrigações.

A quarta razão é a possibilidade de bancos pequenos falirem e afetarem a saúde de bancos grandes e bem administrados pois quando há a falência de um banco pequeno o público em geral receia da saúde financeira de outros bancos sacando quantias para garantir o dinheiro, o que poderá levar a falência grandes bancos bem administrados. É a conhecida crise sistêmica.



A quinta razão é a possibilidade das firmas que levantaram empréstimos junto ao banco recém falido perderem o acesso ao crédito e conseqüentemente falirem juntas.

Em todos os países que contenham instituições financeiras é necessário a existência de uma companhia de seguros para os depósitos. Nos EUA esta companhia é chamada de FDIC (Federal Deposit Insurance Corporation). Ela garante os depósitos de até U\$100.000,00 por pessoa, isto é, se um indivíduo tiver várias contas em um único banco e o seu banco for a falência o FDIC irá reembolsá-lo apenas a quantia até US100.000,00. Isto não quer dizer que necessariamente os clientes com saldos superiores a U\$100.000,00 num banco recém falido obtém prejuízos, pois são diversas as maneiras do FDCI tratar os bancos falidos, desde administrá-lo até fundi-lo com outros bancos mais sólidos. O prejuízo dos correntistas só ocorrem em casos extremos. A razão do FDIC só cobrir até um teto tem uma explicação lógica: os grandes depositantes vão ter critérios para avaliar qual o banco que tem mais saúde financeira e com isso estimula a concorrência por solidez entre os próprios bancos o que supostamente garantiria uma maior tranqüilidade por parte dos depositantes dos bancos e da FDIC. A vigilância dos depositantes suplementa a vigilância da FDIC.

No Brasil, o seguro-depósito foi instituído em 1995 através da Resolução 2.211. O seguro é chamado de Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e tem por objetivo garantir os depósitos e aplicações dos clientes nos bancos no valor máximo de R\$20.000,00 por titular no caso de liquidação extrajudicial, decretação de intervenção, falência ou reconhecimento pelo Banco Central de estado de insolvência. A garantia incide sobre os depósitos à vista, a prazo e de poupança e sobre letras de câmbio, imobiliárias e hipotecárias. O. Assim como o FDIC age com relação ao seguro de seus depositantes nos EUA o FGC age no Brasil.

No Brasil o Banco Central tem o direito de intervir em qualquer banco que se apresentar insolvente, afastar os diretores, vender os ativos, pagar os credores e liquidá-la. Mas quando há uma iliquidez momentânea o BC cumpre a função de banqueiro dos bancos emprestando dinheiro com o objetivo de conter alguma retirada eventual de depósitos dos bancos solventes.

A partir da implantação do Plano Real, no início de julho de 1994, as reformas empreendidas na área financeira tiveram, principalmente, a finalidade de fortalecer e reestruturar o sistema financeiro nacional. Tais reformas se tornaram essenciais com a estabilização da economia, em especial a perda de importante fonte de receita advinda das transferências inflacionárias, o *floating*. Até então, não havia um arcabouço institucional que prevenisse o sistema contra os riscos de uma crise financeira. A atuação do Banco Central para socorrer as instituições se dava mais em caráter emergencial, utilizando recursos da reserva monetária, que contava com parte da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Em agosto de 1994 o Banco Central editou a Resolução 2.099, estabelecendo limites mínimos de capital para a constituição de um banco, além de limites adicionais que variavam de acordo com o grau de risco dos ativos. Foi definido um limite de R\$ 7 milhões de capital realizado e patrimônio líquido, para os bancos comerciais; R\$ 6 milhões, para os bancos de investimento e de desenvolvimento além das sociedades de crédito imobiliário; e de R\$3 milhões, para as financeiras. No caso dos bancos múltiplos, o somatório dos valores correspondentes das carteiras foi reduzido em 20%. Além disso as instituições financeiras deveriam manter um nível mínimo de patrimônio líquido ajustado correspondente a 8% dos ativos ponderados pelo risco. Ativos como caixa, reservas junto à autoridade monetária, títulos públicos federais e reservas em moeda estrangeira depositadas no Banco Central passaram a ter risco zero. As aplicações em ouro e créditos tributários foram classificados como de risco de 20%, enquanto os títulos estaduais e municipais e aplicações no interbancário, como de risco de 50%. Finalmente, os riscos das operações de empréstimo e financiamento, aplicações em ações, debêntures, obrigações da Eletrobrás, TDAs, operações vinculadas a bolsas de valores, de mercadorias e futuros foram fixados em 100%.

Apesar dos bancos serem severamente regulados, seus dirigentes utilizam diversas formas exitosas para maximizar seus lucros e burlar as regulamentações.

Um artifício geralmente utilizado pelos bancos é a criação de uma empresa holding controladora do banco ou de vários bancos. Isso tem muitas utilidades:

- (a) Burlar as leis como a não permissão por parte dos estados da existência de mais de uma agência na mesma cidade criando, assim, vários bancos ligados a uma empresa holding;
- (b) Evitar restrições que impeçam que os bancos entrem em outros setores, setores estes que tem íntima relação com a atividade bancária como a informática, financeiras, companhias de cartão de crédito etc.;
- (c) Possibilitar de emissão de *commercial papers*, por exemplo e, com isso, poder usufruir dessa modalidade de captação de recursos como outra empresa qualquer, visto que os bancos não tem permissão de emissão de *commercial papers*.

### 3 ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS.

#### 3.1 ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS EM KEYNES

Keynes desenvolveu a teoria da preferência pela liquidez que estabelece a relação entre os diversos ativos financeiros tomando por base a liquidez desse ativo e a taxa de juros. Esta teoria é perfeitamente aplicável nas decisões de escolha do *portfólio* de aplicações dos bancos.

De acordo com Keynes a taxa de juros corresponde a uma recompensa por abrir mão da liquidez. Em uma economia de dois ativos, por exemplo moeda e título, o indivíduo que abrir mão de riqueza em moedas para receber o mesmo valor em títulos deve receber em troca uma recompensa pela posse de um ativo menos líquido do que a moeda (já que a moeda possui o maior prêmio de liquidez), e esta recompensa é a taxa de juros. Keynes generalizou a teoria da preferência pela liquidez para uma teoria de precificação de ativos. Essa nova concepção é “baseada no princípio geral de que os diferentes graus de liquidez devem ser compensados pelos retornos pecuniários que definem a taxa de retorno obtida pela posse dos diferentes ativos” (Paula, 1999).

Para uma compreensão mais detalhada, Keynes divide os ativos, dentro do mercado de capitais - em três grupos e os classifica com relação à rentabilidade (taxa de juros) e o grau de liquidez. Os adiantamentos (que são os empréstimos em geral) são os ativos que possuem o mais alto grau de rentabilidade, por outro lado, possuem o menor grau de liquidez; já as letras de câmbio e *call loans* são os ativos que possuem o maior grau de liquidez, visto que são revendáveis no curto prazo sem perdas significativas, entretanto possuem a menor rentabilidade dentro dos ativos. Este esquema mostra o *trade off* existente entre rentabilidade e liquidez intrínseca aos ativos financeiros, quanto maior o grau de liquidez menor sua rentabilidade ou taxa de juros e quanto menor o grau de liquidez de um ativo financeiro maior sua rentabilidade.

Em uma economia monetária os agentes retêm moeda basicamente por três motivos: porque tem dispêndios a realizar (motivo transação); porque está especulando sobre o comportamento futuro da taxa de juros (motivo especulação); ou por precaução contra um futuro incerto, uma vez que a moeda é um ativo seguro com o qual se pode

transportar riqueza através do tempo (motivo precaução). Sendo assim todos os agentes econômicos cuja atividade seja especulativa e demande algum grau de proteção e cuidado têm preferência pela liquidez, isto é, tem preferência por ativos financeiros líquidos. A atividade bancária possui essas duas características dentro do seu processo, isto é, os bancos buscam precaução contra perdas financeiras já que trabalham com ativos financeiros, e também realizam especulações – ao aplicarem em certos ativos financeiros esperando ganhos – por isso eles prezam a liquidez do seu conjunto de ativos, dito de outra forma, eles tem preferência pela liquidez.

Como os bancos não são entidades filantrópicas e sim buscam o lucro em seus negócios, eles também prezam pela rentabilidade. Os bancos, então, buscam, através de suas estratégias, otimizar o *trade off* entre rentabilidade e liquidez na composição do seu *portfólio* de aplicações. É, portanto, da escolha de que ativos comprar e quais obrigações emitir, orientada pela combinação entre liquidez e rentabilidade, que resulta a expansão ou contração da oferta de moeda, uma vez que esta é criada quando os bancos compram ativos financiados pela emissão de uma obrigação particular destas instituições – os depósitos à vista – como explicado em capítulo anterior.

Por outro lado os bancos dependem do sucesso de seus tomadores de empréstimos para que estes adquiram condições de quitar suas dívidas. O sucesso de seus tomadores estão, de certa forma, vinculado ao comportamento positivo da economia como um todo, isto é, quando há um crescimento econômico, a probabilidade de um empreendimento ou um investimento qualquer ter resultados positivos é maior. Desta forma, as expectativas que os administradores bancários projetam para a economia tem um papel crucial na determinação da composição de seu *portfólio* de aplicações, ou seja, de seu ativo. Assim, as proporções em que as diferentes aplicações são divididas sofrem grandes flutuações, refletindo as expectativas dos bancos quanto à rentabilidade e liquidez dos ativos, assim como o estado geral dos negócios na economia. Quando as expectativas são otimistas os bancos privilegiarão a rentabilidade à liquidez, procurando elevar prazos e submeter-se a maiores riscos com relação a seus ativos, diminuindo a margem de segurança, visto que o risco da inadimplência é reduzido. Do contrário, se as expectativas são pessimistas e a incerteza é alta quanto ao futuro, os bancos procurarão obter maior liquidez na escolha de seu portfólio de ativos,

dirigindo as aplicações para ativos menos lucrativos, porém mais líquidos e assim mais seguros.

Desta forma, bancos com preferência pela liquidez poderão não acomodar de forma passiva a demanda por crédito, pois buscarão comparar os retornos esperados com os prêmios de liquidez de todos os ativos que podem ser comprados. Sua sensibilidade em relação às demandas de crédito por parte do público depende, em grande medida, das preferências que orientam as decisões de portfólio que em grande parte é determinada pela expectativa que os bancos tem sobre o futuro da economia.

### 3.2 ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS EM MINSKY

Baseado na concepção keynesiana da preferência pela liquidez, Minsky estrutura a estratégia bancária em uma visão mais contemporânea. Para Minsky os bancos tiveram uma mudança de comportamento perante a administração de seu balanço em meados dos anos 60. Essa modificação não foi apenas de ordem tecnicamente contábil, mas sim econômica, numa tentativa de aumentar o seu poder de gerar maior lucratividade. Até os anos sessenta os bancos estavam centrados apenas na composição do portfólio de aplicações para seus recursos. Para eles, maximizar a lucratividade era sinônimo de aplicar de forma ótima os recursos disponíveis, não considerando viável nenhuma estratégia com relação ao seu passivo, este era considerado como dado e, para os banqueiros, não havia condições de alterar as fontes de recursos.

A partir de meados da década de sessenta, os banqueiros conscientizaram-se da possibilidade de modificar deliberadamente as fontes de recursos dos bancos, isto é, atentaram para o fato de que o passivo dos bancos são possíveis de serem administrados<sup>3</sup>. As instituições passaram a agir, do lado das obrigações, de forma dinâmica, adotando uma atitude ativa na busca de novos depósitos ou através das necessidades de reservas, o que faz com que os fundos que financiam seus ativos sejam muito condicionados pelo próprio comportamento do banco.

---

<sup>3</sup> “A administração do passivo envolve, assim, decisões relativas à participação dos diversos tipos de obrigações no total do passivo, inclusive a proporção do patrimônio líquido sobre o total do ativo (grau de alavancagem)”(Paula,1999 a, p.4).

Para que a administração do passivo se realize, os bancos têm que influenciar os donos de suas fontes de recursos ( i.e., os depositantes) a colocar estes em aplicações que melhor convier para banco (com o escopo de maximização do lucro). Assim, os bancos passaram a interferir nas escolhas de aplicações realizadas pelo público das mais diversas formas: através do manejo das taxas de juros dos depósitos a prazo ou, ainda, de outras formas indiretas de estímulo por intermédio da publicidade, oferecimento de prêmios e presentes aos clientes, criação de novos e atrativos tipos de obrigações etc.

Uma outra forma de atuar dinamicamente do lado do passivo dos bancos é criando inovações financeiras. Estas inovações constituem-se em novos produtos ou serviços ou uma nova forma de ofertar um produto já existente, como por exemplo os títulos de capitalização. Estas técnicas de administração de passivo proporcionam para os bancos um maior volume de recursos de terceiros – aumentando o grau de alavancagem – capaz de viabilizar as operações ativas do banco. Esta relativa autonomia dos bancos em relação aos recursos captados aumenta a capacidade das instituições de atender a uma expansão na demanda por crédito.

As técnicas de administração do passivo juntamente com a capacidade de criação de inovações financeiras possibilita aos bancos responder a um aumento da demanda por crédito, driblando as possíveis condições restritivas impostas pelas autoridades monetárias sobre a disponibilidade de reservas. Os bancos passam a ter uma autonomia com relação às políticas restritivas impostas pelo governo<sup>4</sup>.

Através da manipulação da taxa de juros e do nível de reservas bancárias, as autoridades monetárias, podem influir no volume e no preço do crédito bancário, entretanto o resultado final sobre o volume de oferta de crédito resulta das respostas do sistema bancário às variações nas taxas de rentabilidade das diferentes operações ativas. A oferta de crédito, deste modo, é responsiva à demanda por financiamento, não sendo estabelecida mecanicamente pela ação das autoridades monetárias. Mesmo que o Banco Central procure determinar o crescimento do crédito bancário administrando as reservas

---

<sup>4</sup> “Mudanças na quantidade da moeda ocorre por intermédio de interações entre as unidades econômicas que desejam realizar gastos (consumo, investimento) e os bancos que podem facilitar, ou não, tais gastos. A oferta de moeda torna-se, assim, interdependente da demanda(...)”(Paula,1999 b).

disponíveis dos bancos, o controle sobre a razão de reservas poderá ser anulado pela capacidade de gerenciar as obrigações e criar inovações financeiras, minimizando a absorção de reservas.

Resgatando o quadro teórico de Keynes, do ponto de vista bancário, os empréstimos representam troca de recursos hoje por recursos amanhã. Os bancos emprestam dinheiro hoje para receberem no futuro e, por isso, a concessão de empréstimos depende, em grande parte, das expectativas dos bancos quanto ao futuro da economia e conseqüentemente da viabilidade do pagamento do empréstimo, ou seja, da capacidade do tomador auferir receitas futuras para saldar sua dívida<sup>5</sup>.

Os bancos estão inseridos em um ambiente de incerteza igual ou superior aos demais agentes da economia, isto por causa da sua função de transformador de maturidades, dado que seus ativos são tipicamente menos líquidos do que as obrigações. Com o objetivo de minimizar as incertezas, os bancos baseiam seus empréstimos em garantias primárias – rendimento líquido auferido pelos ativos (diferença entre as projeções de receitas e despesas) – e garantias secundárias (valor dos colaterais, receita com venda de ativo transacionável). As garantias primárias são muito menos confiáveis do que as garantias secundárias. Isto porque os rendimentos futuros que os empresários terão depois de tomar emprestado não tem nenhum tipo de garantia de se realizar embora haja expectativas otimistas da economia, estas somente reduzem as chances de fracasso empresarial.

Neste sentido, o volume e as condições de oferta de crédito serão determinados pelas conjecturas dos bancos em relação ao retorno dos empréstimos – ou seja, o fluxo

---

<sup>5</sup> “Cada transação financeira envolve uma troca de “dinheiro-hoje” por moeda mais tarde. As partes que transacionam tem algumas expectativas quanto ao uso que o tomador de “moeda-hoje” fará com os fundos e de como este tomador reunirá fundos para cumprir a sua parte do negócio na forma de “moeda-amanhã”. Nesse negócio, o uso de fundos pelo tomador de empréstimos é conhecido com relativa segurança; as receitas futuras em dinheiro, que capacitarão o tomador a cumprir as parcelas de “moeda-amanhã” do contrato, estão condicionadas pela performance da economia durante um período mais longo ou mais curto. Na base de todos os contratos financeiros está uma troca de certeza por incerteza. O possuidor atual de moeda abre mão de um comando certo sobre a renda atual para ter um fluxo incerto de receita futura em moeda.”(Minsky, 1992,p.13)



de moeda que o tomador irá obter para atender aos compromissos contratuais – e/ou à manutenção do valor dos colaterais dados em garantia.

Minsky(1986) estabelece duas posturas financeiras para os bancos nas estratégias relacionadas às operações de crédito. Quando há uma predominância de expectativas negativas quanto ao futuro da economia, isto é, quando há um maior grau de conservadorismo entre os banqueiros, o fluxo de caixa se torna o principal requisito para concessão de empréstimos. Ao analisar os projetos de empréstimos, os bancos se concentram em estudar onde os recursos serão aplicados e o retorno que tais projetos proporcionarão para o tomador do empréstimos. Este método reduz as chances de risco de inadimplência e se constitui, em grande medida, num freio para uma grande euforia ilusória de novos empreendedores. Concomitantemente a este processo, os administradores bancários tentam atrair ativos mais líquidos no seu balanço para a segurança do risco de calote. Com formas mais líquidas no ativo, os bancos tem condições de pagar a seus credores caso o fluxo de caixa projetado ao conceder empréstimo não se realize como esperado devido a um alto grau de inadimplência.

Por outro lado, quando os banqueiros possuem uma expectativa favorável para a economia e enxergam uma grande capacidade de crescimento econômico do país, conseqüentemente também enxergarão este crescimento nos tomadores de empréstimos pois a probabilidade desse tomador investir em algum empreendimento lucrativo aumenta. Os bancos querem aproveitar as oportunidades de lucro oferecidas pela grande demanda de empréstimos. Assim, os bancos tendem a afrouxar os requisitos para concessão de empréstimos, os quais passam a ser baseados no valor dos colaterais, isto é, nos ativos penhorados. O resultado deste processo é o aumento dos níveis de empréstimos, os quais não possuem uma grande confiabilidade em relação ao pagamento.

Este tipo de empréstimo pode resultar na participação de formas menos líquidas de ativos e com retornos mais longos nos balanços bancários, caracterizando uma postura de financiamento especulativo, isto é, mais arriscada, apesar de possivelmente mais lucrativo, pois há um aproveitamento melhor das oportunidades de demanda por crédito.

A fragilidade ou robustez global da estrutura financeira da qual a estabilidade cíclica da economia depende, emerge da natureza dos empréstimos feitos pelos bancos e também das próprias condições do mercado. Um direcionamento do fluxo de caixa pelos banqueiros leva-os a sustentar uma estrutura financeira robusta; uma ênfase dos banqueiros nos valores das colaterais empenhadas e nos valores esperados dos ativos leva à emergência de uma estrutura financeira mais fragilizada.

Minsky mostra o caráter contraditório da atividade bancária: ao mesmo tempo que ela é essencial para o financiamento da atividade de investimento e uma operação necessária para a operação satisfatória de uma economia capitalista, este comportamento pode induzir ou ampliar uma instabilidade financeira ocasionando um mau funcionamento da economia capitalista, sobretudo em momentos de grande crescimento econômico, quando o grau de endividamento dos empresários tende a aumentar de forma substancial.

## **4 ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS NO BRASIL NA DÉCADA DE NOVENTA**

Esta é a parte empírica da monografia onde as análises irão ser feitas com base nas demonstrações financeiras dos próprios bancos. Esta parte do trabalho irá analisar como os bancos brasileiros atuaram estrategicamente de forma a conter as conjunturas adversas que a política monetária proporcionou nesta década, como também atingir um maior grau de lucratividade como toda empresa capitalista pretende.

### **4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS**

A análise se concentrará em torno dos bancos múltiplos privados. Entretanto algumas observações devem ser feitas quanto a escolha desse grupo de bancos para ser estudado nesta monografia. A primeira observação refere-se ao fato dos dados analisados abrangerem apenas os bancos múltiplos e a segunda por ter sido utilizado exclusivamente os dados dos bancos múltiplos privados.

Até 1988 predominava a especialização das instituições financeiras, ou seja, cada instituição era constituída para realizar operações ativas e passivas em um segmento do mercado financeiro. Uma instituição poderia ser um banco comercial; ou um banco de investimento; ou uma empresa de leasing etc. mas não poderia ter todas as operações em uma única instituição. Havia então a necessidade de existir um conglomerado que possuísse uma série de empresas, e cada uma dessas empresas era responsável por uma única atividade, além das suas operações serem contabilizadas isoladamente.

A segregação formal das atividades bancárias presente na época impunha algumas restrições ao funcionamento do setor financeiro. Era comum observar grandes disponibilidades de recursos em algumas instituições e déficits em outras do mesmo grupo, provocando custos que poderiam ser evitados se fossem autorizados repasses entre empresas.

Essa necessidade de ter uma razão social para cada atividade terminou devido a publicação da resolução 1524 de 1988 do Banco Central que oficializou a possibilidade

de criação do banco múltiplo. Esta medida ensejou a transformação dos bancos comerciais em um grande banco capaz de conter – com uma única razão social - todas as atividades que o conglomerado fazia, isto é, capaz de atuar em diversas áreas financeiras. A maioria dos bancos comerciais adotaram essa característica por dois motivos básicos: o primeiro era que havia redução dos custos operacionais com a redução da contabilização de diversas empresas controladas para apenas uma, a qual era responsável por todas as atividades e a segunda razão era a maior flexibilidade na administração das disponibilidades provocando uma maior sinergia nas operações. A convivência da intermediação financeira com outras operações ativas dos bancos apresentava-se como estratégica às pretensões de crescimento.

De acordo com o Bacen, em junho de 2000, 86% das instituições financeiras eram bancos múltiplos. Pela maior significância dessas instituições em termos de quantidade e tamanho - os maiores e a maioria dos bancos são bancos múltiplos - os bancos múltiplos serão a fonte de análise desta monografia visto que representam uma amostra significativa.

O sistema bancário é composto de bancos públicos e privados. Muitos bancos públicos, apesar de terem uma função social muito importante, não agem de acordo com o mercado, isto é, não procuram maximização do lucro pois, muitas vezes, eles estão condicionados à políticas implementadas pelo governo para beneficiar a economia ou tentar controlá-la. O Banco do Brasil, por exemplo, possui como uma de suas atribuições ser agente financeiro do governo federal na sua política creditícia e financeira, atuando sob supervisão do CMN (Conselho Monetário Nacional). Muitas vezes esses bancos até servem de instrumentos de políticas clientelistas, em conformidade com a tradição das relações estado e sociedade no Brasil. Isto inviabiliza uma análise do comportamento estratégico e lógico dos bancos direcionado a uma ótica de maximização de lucros. Assim, os dados presentes na análise empírica das estratégias bancárias conterà apenas o comportamento dos bancos privados. Em suma das duas justificativas chega-se aos bancos múltiplos privados.

#### 4.1.1 Estrutura do Plano de Contas

Com a instituição dos bancos múltiplos, o Plano de Contas das instituições financeiras foi revisado, resultando na circular N° 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do Banco Central que determina o Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF com vigência obrigatória a partir de 30 de junho de 1988.

Os dados apresentados nesta pesquisa são de origem do suplemento estatístico do Boletim do Banco Central. Eles foram retirados do próprio site do Bacen e possuem método próprio de agregação de contas.

Sendo assim, é necessário uma visão geral de como está estruturado o balanço dos bancos múltiplos privados de acordo com este método. Abaixo está descrito as principais contas do Ativo e Passivo desses bancos.

O ativo é composto das seguintes contas:

- (a) Disponibilidades. Nesta conta estão agrupadas os ativos mais líquidos dos bancos. Estão nesta categoria os encaixes monetários, os depósitos bancários, as reservas livres em espécie, aplicações em ouro, depósitos voluntários do SBPE e os depósitos em moeda estrangeira.
- (b) Depósitos compulsório no Bacen. O Bacen, por medida de política monetária, para conter ou expandir a base monetária, mantém uma parte dos depósitos dos bancos em reservas compulsórias, que se expressa nesta conta.
- (c) Operações interfinanceiras compromissadas. Aqui estão agrupadas as operações de empréstimo que os bancos realizam entre si. Para não ter que recorrer ao Bacen para resolver um problema de liquidez ou, até mesmo, para obter valores para financiar suas operações lucrativas, os bancos utilizam esse recurso de captar valores de outras instituições.
- (d) Aplicações e valores mobiliários. Nesta conta são contabilizadas as compras de títulos públicos como LFT, LTN, OTN, BTN, LBC, BBC, NBC, NTN e os títulos estaduais e municipais, em extinção. Também estão presentes nesta conta as

aplicações bancárias em títulos privados como CDB, letras de câmbio, letras hipotecárias e imobiliárias, debêntures, ações, *commodities*, cotas de fundos e os títulos de renda fixa bloqueados.

- (e) Operações de crédito e arrendamento mercantil. Aqui esta presente o que representaria a atividade principal dos bancos que é a concessão de crédito. Os valores estão separados nas contas de créditos normais, em atraso e em liquidação. O Banco Central considera crédito em atraso aqueles cujas operações estejam vencidas há mais de 60 dias. Em liquidação são aqueles cujas operações venceram há mais de 180 dias, com garantias consideradas insuficientes, ou, há mais de 360 dias com garantias suficientes.
- (f) Haveres externos. Esta conta representa os depósitos que os bancos mantém no exterior.
- (g) Outras contas. Aqui são capturados os valores provenientes dos créditos especiais e dos adiantamentos por conta de pagamentos diversos, os financiamentos de títulos e valores mobiliários.
- (h) Permanente. Nesta conta estão reunidas as máquinas, imóveis, computadores, e tudo que o banco possui de ativo imobilizado. Nesta pesquisa esta conta é irrelevante.

Já o passivo é estruturado da seguinte forma:

- (a) Obrigações por haveres financeiros. Aqui estão agrupados todos os depósitos bancários tanto os depósitos a vista quanto os a prazo e os de poupança.
- (b) Obrigações por empréstimos e repasses e obrigações especiais. Nestas duas contas estão agrupados os empréstimos que os bancos realizam como forma de captar fundos no mercado interno, isto inclui também os empréstimos junto a fundos e programas bem como os empréstimos de liquidez realizados junto ao Bacen.
- (c) Obrigações externas. Nesta conta está contabilizada os empréstimos ou a emissão de títulos de dívidas que os bancos realizam para captar fundos no mercado externo.

(d) Outras obrigações. Aqui estão reunidas as obrigações por arrecadações, as obrigações por pagamento a efetuar, as obrigações por valores a incorporar e os depósitos interfinanceiros.

(e) Recursos próprios. Aqui estão os recursos dos acionistas do banco bem como os resultados de lucro ou prejuízo acumulado.

De acordo com o volume e a importância, pode-se dividir o ativo bancário em três partes (deixando de fora o ativo permanente), ou seja, os bancos aplicam seus recursos (seus ativos) buscando lucros em três principais grupos. O primeiro se refere aos créditos bancários concedidos, isto é, os empréstimos e financiamento. Esta conta é denominada de “operações de crédito e arrendamento mercantil”, anteriormente explicado, e são os ativos menos líquidos dos três grupos aqui considerados. O segundo grande grupo é composto por títulos que os bancos adquirem junto ao setor público e privado, estes são agrupados na conta “aplicação e valores mobiliários”, o qual também foi anteriormente explicado. O terceiro grupo, mais líquido de todos são as disponibilidades. Poder-se-ia agregar a este último grupo os depósitos compulsórios, entretanto como o próprio nome já diz, os saldos destas contas não é determinado por atitudes estratégicas dos administradores dos bancos e sim pela política monetária existente na ocasião.

Semelhante ao ativo, pode-se dividir as contas do passivo em três grande contas. São elas: os depósitos de curto prazo, os depósitos a longo prazo e os empréstimos de terceiros. Nem todos esses grupos, entretanto, são totalmente passíveis de serem administrados pelos bancos, eles se diferenciam em graus de gerenciamento.

O volume dos depósitos à vista (de curto prazo) são dependentes de quatro fatores: o primeiro é o crescimento da economia (crescendo a economia cresce a renda dos indivíduos e conseqüentemente seus depósitos em conta corrente); o segundo é a estabilidade monetária (com uma maior estabilidade monetária os indivíduos tendem a reter relativamente mais moeda do que títulos de curto prazo); o terceiro é o tamanho da instituição bancária (quanto mais agências o banco tiver, maior é a possibilidade de

captar depósitos de diversos correntistas em diversas regiões, além disso os grande empresários preferem manter contas em bancos com grande redes de agências pois facilita suas operações financeiras com os clientes como pagamentos, cobranças, etc.); o quarto fator é a credibilidade da instituição (os depositários se sentem mais seguros em manter seus recursos em instituições sólidas).

Entretanto somente os dois últimos fatores são passíveis de serem administrados pelos próprios bancos. Os dois primeiros não são porque é determinado pela dinâmica macroeconômica e pela competência do governo e são impossíveis de serem geridos pelos bancos; já o terceiro, apesar de se caracterizar em uma estratégia estrutural e não conjuntural, isto é, já nos objetivos principais dos bancos há um direcionamento do seu comportamento de varejo com muitas agências ou um banco de atacado com poucas agências, isto é, não é uma estratégia passível de ser modificada em curto período, ela representa um maior grau de gerência pelo banco para captação de depósitos; o quarto fator tem um maior grau de ser administrado pelo bancos pois ele está associado com a administração de liquidez, já que os bancos que possuem uma boa administração de liquidez não corre grandes riscos de solvência.

Já os depósitos a prazo possuem um maior grau de administração bancária visto que embora dependa da estabilidade econômica, para captação de tais depósitos a prazo é necessário uma atratividade, medida pela taxa de juros paga pelos bancos. Quanto maior os juros maior a captação.

O terceiro grande grupo de passivos chamado de obrigações por empréstimos possuem o maior grau de administração por parte dos bancos que decidem se realizam ou não os empréstimos, a depender das oportunidades de aplicação desses recursos, isto é, se as oportunidades no mercado de ativos estiver lucrativa e não tiver mais condições de captar via depósitos bancários os administradores irão deliberadamente tomar recursos via empréstimos.



#### 4.1.2 Índices Utilizados

Nesta pesquisa utilizou-se de uma série de índices e variáveis, baseados nos dados dos balanços, que necessitam de explicações conceituais e metodológicas. Em primeiro lugar os dados dos balanços aqui apresentados estão deflacionados pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (IGP – FGV).

Em segundo lugar o período de análise dos balanços é de julho de 1994 a agosto de 1999. O motivo pelo qual o período analisado se encerra em agosto de 1999 é a inexistência de dados posteriores agregados fornecidos pelo Bacen. Entretanto esse período cobre de forma clara e suficiente os propósitos de análise desta monografia.

Em terceiro lugar, de acordo com Puga(1999, p.445) e Bevilaqua e Loyo(1998), os valores computados nos demonstrativos de resultado dos bancos não eram perfeitamente indexados no período anterior à adoção do Plano Real, o que inviabiliza a análise desses demonstrativos e conseqüentemente dos balanços no período anterior ao Plano Real.

Em quarto lugar, o grau de alavancagem utilizado nesta análise é medido pela razão total do ativo ajustado sobre patrimônio líquido. Para cálculo do ativo ajustado subtraiu-se do total do ativo os encaixes monetários, os títulos públicos e dos depósitos compulsórios no Banco Central, visto que estes, segundo o Banco Central, possuem grau de risco zero. Como os títulos públicos em geral, e especialmente no Brasil, constituem, em boa medida, reservas secundárias dos bancos, a razão ajustada reflete melhor a alavancagem do ativo dos bancos como uma medida do grau de exposição ao risco, assim como de sua capacidade de absorver possíveis perdas. O grau de alavancagem, em sua leitura mais simples, representa o volume de recursos de terceiros, em múltiplos do patrimônio líquido, que está sendo utilizado para operações ativas com grau de risco elevado. Os bancos utilizam de recursos de terceiros para alavancar seus negócios. Neste sentido quanto maior for o grau de alavancagem, maior é a utilização de recursos de terceiros na composição do passivo do banco.

Em quinto lugar, para calcular a inadimplência foi somado o volume de créditos em liquidação com os créditos em atraso e dividiu-se o resultado pelo total do ativo. Isso demonstra a proporção de inadimplência no total do ativo bancário.

Em sexto lugar, foi calculado um índice próprio que expressa o endividamento por empréstimos. Ele é denominado de Índice 1 ( Grau de Endividamento por Empréstimos e Repasses), é o quociente da soma do total das obrigações por empréstimos e repasses (A) com o total das “obrigações junto a fundos e programas” (B) e com o total das “obrigações externas” (C) deduzido dos “empréstimos de liquidez” ao Banco Central (D) e do “empréstimos de recuperação” também ao Bacen (E), tudo isso sobre o total das exigibilidades (F – total do passivo menos o capital próprio), de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Índice 1} = \frac{A + B + C - D - E}{F}$$

Este índice representa o peso das obrigações por empréstimos, via mercado, no total das exigibilidades dos bancos. Quanto maior o índice maior a captação de recursos via empréstimos.

O segundo índice calculado foi a proporção das obrigações externas. Este índice, nesta monografia chamada de Índice 2 – Proporção das Obrigações Externas, é o quociente do total das obrigações externas (G) sobre o total das exigibilidades (F), de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Índice 2} = \frac{G}{F}$$

Este índice representa o peso que as obrigações externas possuem. Poderia ser chamado de Grau de endividamento por empréstimos externos visto que ela faz parte da composição do índice anterior.

#### 4.2 REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS ATIVIDADES BANCÁRIAS.

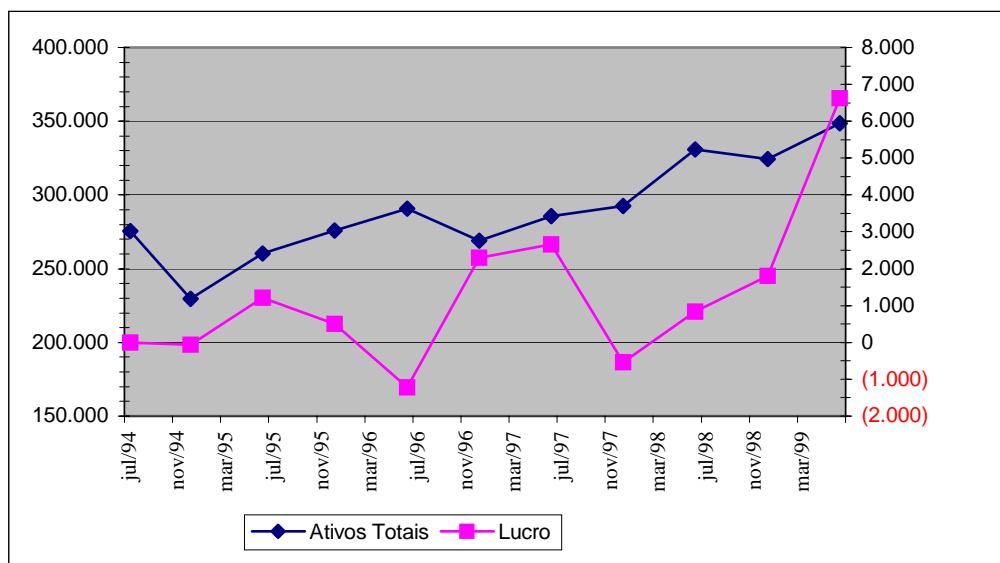
A década de noventa representou um marco fundamental na reorganização do sistema financeiro brasileiro. A estabilização monetária ocorrida a partir de julho de 1994 e as conseqüentes crises do setor bancário proporcionaram uma reformulação do sistema financeiro, em especial do setor bancário. Muitos bancos foram adquiridos, outros incorporados e outros foram até liquidados, houve uma verdadeira tempestade que chacoalhou todo o sistema bancário. O número de bancos múltiplos reduziu-se em 26% passando de 138, em junho de 1994, para 106 em dez de 1998. Além disso, em dezembro de 1997, o total dos bancos múltiplos que sofreram intervenção do Banco Central ou estavam no RAET (Regime de Administração Especial Temporária) ou foram liquidados chegava a 43<sup>6</sup>, o que caracterizava uma situação de crise bancária, nunca visto antes na história recente brasileira.

Entretanto, analisando o Gráfico 1, onde está representado a evolução do valor real dos ativos totais e o lucro real dos bancos múltiplos privados, observa-se um crescimento do ativo em toda a década. Comparando o valor dos ativos no ano de 1994, com o valor no final da década observa-se que houve um aumento real superior a 50%, passando de algo em torno de R\$240 bilhões para um valor próximo a R\$350 bilhões. Ao analisarmos a evolução do lucro, observa-se que, apesar das oscilações decorrentes dos ajustes da política monetária, houve um movimento ascendente no geral.

---

<sup>6</sup> BARROS(1998)

**Gráfico 1 – Evolução dos Ativos Totais e do Lucro Real dos Banco Múltiplos em moeda constante (R\$ milhões).**



Fonte: Banco Central ( Suplemento estatístico). Elaboração Própria.

Nota: Valores Deflacionados pelo IGP – FGV para novembro de 2000.

Pode-se perceber no gráfico uma elevação acentuada do lucro do setor bancário no início de 1999. Isso aconteceu devido a desvalorização do real ocorrida em janeiro deste ano. O governo emitiu títulos públicos com correção cambial e os bancos compraram esses títulos para se precaverem da desvalorização, o que de fato ocorreu. Isso gerou enormes lucros em todo o sistema bancário. Dentre os bancos múltiplos, um se destacou, o Banco Itaú que teve, em 1999, um lucro líquido recorde de R\$ 1,9 bilhões, valor 112% superior a 1998 que foi de R\$ 879 milhões. Segundo dados da própria diretoria, 40% desse lucro foi devido a desvalorização cambial.

De acordo com as inclinações das duas curvas no Gráfico 1, entre final de 97 e começo de 1999, percebe-se que a rentabilidade dos bancos teve um aumento muito maior que a expansão de seus ativos. Isto reflete que a rentabilidade não só aumentou em valores absolutos como também por unidade de ativo, o que denota um grande desempenho dos bancos.

O tamanho dos ativos e a rentabilidade, no entanto, não têm capacidade de esclarecer e evidenciar todas as estratégias do setor bancário na década. Para que essas

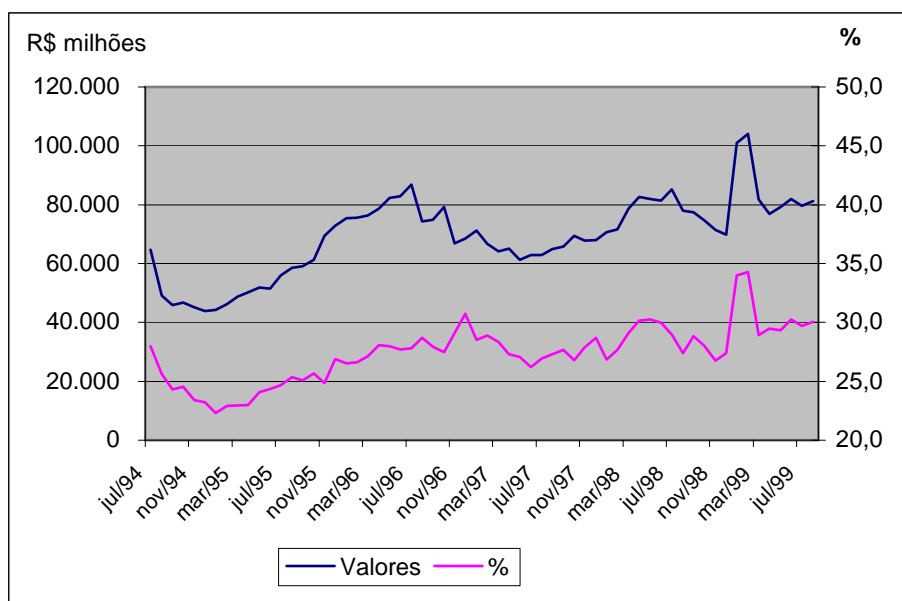
estratégias possam ser percebidas claramente é necessário a visualização do comportamento de valores e índices de diversas contas do ativo e do passivo na período.

#### 4.3 ÊNFASE NA EXPANSÃO DO PASSIVO POR EMPRÉSTIMO E REPASSES.

Como foi comentado anteriormente na seção “Estrutura do Plano de Contas”, o passivo bancário pode ser dividido em três grande grupos. Dentre eles, o grupo que inclui as obrigações por empréstimo explicaria em que grau os banqueiros estariam dispostos a captar recursos, junto a fundos internos e externos, para financiar suas operações ativas.

De acordo com o Gráfico 2 abaixo observa-se uma crescente evolução desse grupo de obrigações, duplicando ao longo do período em valores absolutos. Os valores passam de algo em torno de R\$ 40 bilhões no final de 1994 para R\$ 80 bilhões em julho de 1999. Em meados de 94 houve uma redução dessas obrigações, entretanto esse movimento aconteceu em decorrência da queda de obrigações junto a fundos e programas e não na conta de obrigações por empréstimos, a qual houve um crescimento ao longo da década.

**Gráfico 2 – Obrigações por Empréstimos e Repasses em Moeda Constante em R\$ milhões e em %.**



Fonte: Banco Central do Brasil (Suplemento estatístico). Elaboração própria.

Nota: Valores Deflacionados pelo IGP-FGV para novembro/00.

Ao analisarmos esses valores em comparação com o total das exigibilidades, expresso em percentual no próprio Gráfico 2, observa-se que o movimento é muito semelhante ao comportamento da curva anteriormente comentada em todo período. De março de 95 até julho de 96 o percentual das obrigações por empréstimo no total do passivo cresceu menos que em valores absolutos, isto reflete o fato de outras obrigações terem aumentado sua participação no total do passivo juntamente com as obrigações por empréstimo. Entretanto, de uma maneira geral, é esse grupo de contas que determina grande parte do volume das exigibilidades.

Deste modo, pode-se concluir que há um aumento real da participação de obrigações por empréstimos e repasses no total das exigibilidades ao longo do período analisado. As obrigações por empréstimo passou de algo em torno de 22% do total das exigibilidades no final de 1994 para 30% no final do período analisado, representando um aumento de 7 pontos percentuais no total das exigibilidades. Esse valor significativo não expressa apenas oscilações normais da composição do passivo mas sim uma estratégia dos bancos para aproveitar as oportunidades de lucro nas operações ativas. Essa estratégia é devidamente explicada se analisarmos os componentes das obrigações por empréstimos e repasses, mais especificamente a evolução das obrigações externas, expressa no Gráfico 3.

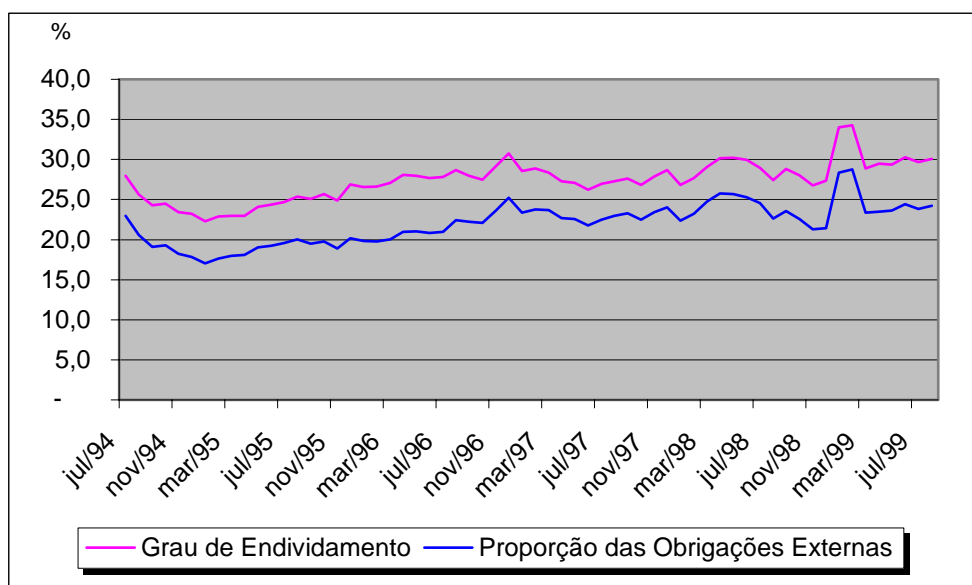
O Gráfico 3 expressa a comparação da evolução das obrigações externas e do grau de endividamento, este último já expresso no Gráfico 2.

Analisando o Gráfico 3, observa-se também uma semelhança do movimento dos dois índices em todos os momentos. As obrigações por empréstimos segue o mesmo movimento das obrigações externas. Isto quer dizer que a maior parte do volume por endividamento e repasses é determinado pelas obrigações externas, levando à conclusão de que os bancos, além de estarem atuando ativamente na captação de recursos, estão priorizando a captação externa de recursos.

Isto é perfeitamente explicável. Primeiro porque o mercado internacional estava passando nesse período por uma grande liquidez. Segundo pela possibilidade de significativos ganhos pelos bancos em razão do diferencial de taxas internas e externas.

Os juros de captação no mercado internacional, principalmente depois da implantação do Plano real, estão muito menores que os praticados no mercado interno<sup>7</sup>. Este processo é parte da estratégia bancária de elevar seus *spreads* e consequentemente o lucro dos bancos.

**Gráfico 3 – Índices do Grau de Endividamento e da Proporção de Obrigações Externas em %.**



Fonte: Banco Central do Brasil ( Suplemento Estatístico). Elaboração Própria.

Assim, pode-se concluir que as estratégias de captação de recursos estão centradas em captação externas de recursos visando aproveitar as conjunturas macroeconômicas.

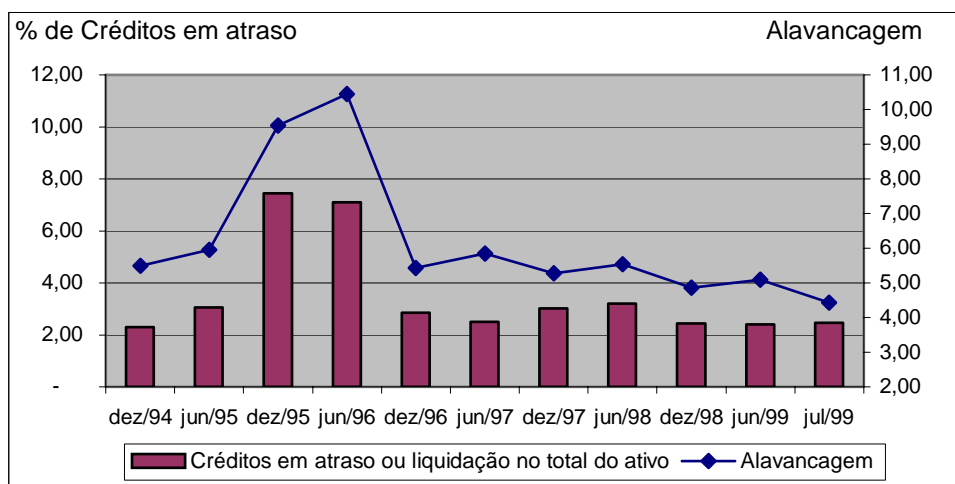
#### 4.4 GRAU DE ALAVANCAGEM DAS OPERAÇÕES ATIVAS

Para demonstrar a agressividade dos bancos em relação às oportunidades lucrativas de aplicação dos fundos pode-se calcular o seu grau de alavancagem. Ele tem a capacidade de demonstrar qual o tamanho do risco que os bancos estão dispostos a correr. Os bancos podem realizar operações do lado do ativo (como por exemplo operações de crédito) utilizando recursos próprios ou recursos de terceiros. A primeira

<sup>7</sup> Os juros no mercado externo são de 10% a 20% para empresas de países emergentes e o no mercado interno chegam a 200% (Gazeta Mercantil, 3/3/99, p.B-1.)

opção é mais segura pois o banco não corre o risco de liquidez caso seus credores não cumpram seus compromissos; a segunda opção, por sua vez, preza pela lucratividade pois os bancos irão aproveitar, por exemplo, a demanda por crédito existente e lucrar em cima dessa demanda utilizando recursos de terceiros cuja oferta apresenta grande elasticidade juros..

**Gráfico 4 – Créditos em atraso e Grau de Alavancagem dos Bancos Múltiplos Privados.**



Fonte: Banco Central do Brasil ( Suplemento Estatístico). Elaboração Própria.

Analisando o grau de alavancagem no Gráfico 4, representado pela linha e pelo eixo das ordenadas à direita do gráfico, observa-se um crescimento acentuado no período logo após a implantação do Plano Real, confirmando a teoria da busca pela lucratividade e estratégia financeira agressiva adotada pela maioria dos bancos privados.

Observa-se que após o ano de 1995 esse grau de alavancagem tem se reduzido devido a expectativa pessimista de crescimento econômico e consequentemente uma atitude mais conservadora e de maior aversão ao risco por parte dos bancos múltiplos privados, já que as taxas de juros e as medidas de contenção à demanda fizeram diminuir a atividade econômica do país. Esse segundo período é marcado por um salto no grau de incerteza geral, desde a crise bancária de 1995 até a chegada ao quadro de crise externa em 1997 e 1998.



Este período foi marcado por um acentuado crescimento econômico inicial e pelo ajustamento do sistema bancário brasileiro, ao contexto de estabilização de preços que, com a queda das receitas inflacionárias, passou a enfatizar a concessão de crédito, num quadro de forte crescimento da demanda por empréstimos, por parte dos agentes (firmas e famílias), o que é típico do período inicial de um plano de estabilização com âncora cambial.

Como esse período foi caracterizado por um aumento da demanda por crédito dos agentes e uma perspectiva de crescimento, os bancos, com o intuito de aproveitar as oportunidades de lucro do mercado, captam fundos de várias formas para suprir a demanda por crédito, aumentando o grau de alavancagem de suas operações.

Entretanto, o começo de 1995 foi marcado pela crise do México e pela suspeita, no âmbito internacional, de que o Brasil seria a próxima vítima. Isso ocasionou uma fuga em massa de capitais de curto prazo. Para que o Brasil realmente não entrasse em crise e para atrair os capitais de volta o governo brasileiro implantou um pacote monetário com teor restritivo, isto é, tinha como objetivo conter a demanda.

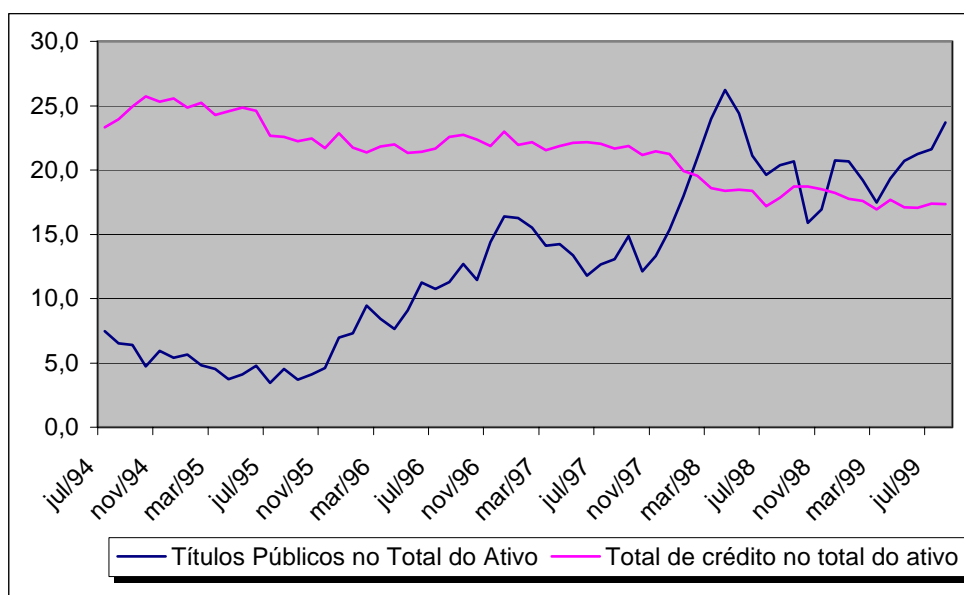
As medidas do governo foram, dentre outras: elevar consecutivamente os depósitos compulsórios e aumentar, num valor muito alto, as taxas de juros. Isso teve como consequência a elevação da inadimplência. Esse grau elevado de inadimplência pode ser visualizado no Gráfico 4 que representa os créditos em atraso ou em liquidação no total do ativo na coluna e no eixo da esquerda. Observa-se que o volume total de créditos em atraso e em liquidação no total do ativo mais que triplicou, passando de algo em torno de 2% para quase 8%. A imposição de depósitos compulsórios sobre os depósitos a prazo e também sobre as operações de crédito foi o principal fator responsável pela redução do grau de alavancagem dessas instituições.

#### 4.5 ÊNFASE NAS ESTRATÉGIAS DE LIQUIDES

Nestas condições restritivas coube aos bancos mudar de estratégia. Eles redirecionaram suas operações ativas em créditos para compra de títulos do governo como pode ser visualizado no Gráfico 5. Comparando-se a evolução dos títulos do

governo no total do ativo bancário com as operações de crédito no total do ativo bancário, observa-se que a proporção dos títulos aumentou vertiginosamente – quadruplicando no período - saindo da casa dos 5% e chegando a mais de 20% do total do ativo. Do outro lado a evolução das operações de crédito tiveram um sentido inverso – passando de 25% para quase 15% do total do ativo.

**Gráfico 5 – Proporção do Volume de Créditos e dos Títulos Públicos no Total do Ativo em %.**



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração Própria - 2000.

Os bancos se beneficiaram também dos títulos públicos com correção cambial emitido pelo governo a partir de 1997, os quais tinham como objetivo assegurar a política cambial da época. Esses títulos foram responsáveis por um grande lucro por parte dos bancos em janeiro e fevereiro de 1999 quando ocorreu a desvalorização cambial.

Através da análise das principais contas do ativo dos Bancos múltiplos privados expressos na Tabela 1 e suas proporções expressos na Tabela 2, observa-se que os bancos adotaram uma postura ousada no início do Plano Real e retornaram a um posição conservadora quando da crise bancária em 1995 confirmando as explicações anteriores.

**Tabela 1 – Principais Contas do Ativo do Balanço patrimonial dos Bancos Múltiplos Privados em moeda constante em R\$ bilhões.**

<b>Ativo</b>	<b>dez/94</b>	<b>Dez/95</b>	<b>dez/96</b>	<b>Dez/97</b>	<b>dez/98</b>	<b>Jun/99</b>	<b>Acum. (%)</b>
Disponibilidades	1,40	3,03	1,84	2,05	2,89	2,34	67,1
Dep.Compuls. do BCB	20,70	14,74	12,32	24,62	15,98	16,22	-21,6
Operações Interf.Compro.	2,78	15,16	-3,49	5,33	-6,43	-6,95	-350,0
Apl.Em títulos/ Val. Mob	36,20	34,84	52,19	57,61	96,07	111,54	208,1
Títulos Públicos	12,38	19,22	44,14	44,83	67,26	74,10	498,5
Demais Haveres	24,37	17,08	8,48	13,80	29,54	38,88	59,5
Oper.Crédito (efetivo)	106,93	121,71	121,33	120,40	116,15	116,04	8,5
Haveres Externos	8,13	9,13	9,87	9,82	6,43	8,21	1,0
Operações Cambiais	22,29	30,02	26,36	25,18	27,30	35,85	60,8
Permanente	27,42	34,16	35,06	36,78	51,56	52,58	91,8
Investimento	18,10	23,55	26,37	29,61	44,42	43,97	142,9
Outras	1,65	10,16	11,21	9,32	12,82	10,84	557,0

Fonte: Banco Central do Brasil (Suplemento estatístico). Elaboração própria - 2000.

Nota: Valores deflacionados pelo IGP para novembro de 2000.

De acordo com a Tabela 1 as operações de crédito cresceram logo após a implantação do Plano Real, passando de 106,93 bilhões em dezembro de 94 para 121,71 bilhões de reais em dezembro de 1995 (crescimento de 13%), voltando a uma estabilidade e decréscimo após a crise de 1995. Esse crescimento das operações de crédito foi realizada num contexto de fortes restrições das autoridades monetárias sobre os bancos como pode ser observado na participação relativa dos depósitos compulsórios no total do ativo na Tabela 2, que em dezembro de 1994 representava quase 10% do total dos ativos. Para efeito de comparação, no mês da implantação do Plano Real, julho de 1994, os depósitos compulsórios no Banco Central representava apenas 4,31% do total dos ativos.

Essa restrição não foi suficiente, visto a capacidade revelada pelos bancos brasileiros de utilizar técnicas de administração de passivo (gerenciamento de reservas e introdução de inovações financeiras) para alavancar suas operações ativas. Um exemplo claro do uso de gerenciamento de reservas por parte dos bancos no Brasil foi a introdução da aplicação automática dos valores depositados em conta corrente em depósitos de poupança com liquidez imediata. Sobre estes as exigências de reservas compulsórias eram bem menores do que as do depósito à vista. Assim, as autoridades monetárias instituíram um compulsório de 15% sobre os créditos concedidos, com vistas a controlar o aumento do crédito.

**Tabela 2 - Proporção das Principais contas do Ativo do Balanço Patrimonial dos Bancos Múltiplos Privados (%)**

<b>Ativo</b>	<b>Dez/94</b>	<b>dez/95</b>	<b>dez/96</b>	<b>dez/97</b>	<b>dez/98</b>	<b>Jun/99</b>
Disponibilidades	0,61	1,10	0,68	0,70	0,89	0,67
Dep.Compuls. do BCB	9,02	5,34	4,58	8,42	4,93	4,65
Operações Interf.Compro.	1,21	5,49	-1,30	1,82	-1,98	-1,99
Apl.Em títulos/ Val. Mob	15,77	12,62	19,39	19,70	29,62	32,00
Títulos Públicos	5,39	6,96	16,40	15,33	20,74	21,26
Demais Haveres	10,62	6,19	3,15	4,72	9,11	11,16
Oper.Crédito (efetivo)	46,58	44,09	45,07	41,18	35,82	33,29
Haveres Externos	3,54	3,31	3,67	3,36	1,98	2,36
Operações Cambiais	9,71	10,88	9,79	8,61	8,42	10,29
Permanente	11,94	12,38	13,02	12,58	15,90	15,09
Investimento	7,88	8,53	9,80	10,13	13,70	12,61
Outras	0,72	3,68	4,16	3,19	3,95	3,11
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Banco Central do Brasil (suplemento estatístico). Elaboração Própria - 2000.

A expectativa do governo de controlar o déficit nas transações correntes não foi concretizada, forçando o governo a atrair capitais estrangeiros através da elevação drástica da taxa de juros. Esse ambiente macroeconômico fez com que os agentes financeiros se precavêssem contra instabilidades. A partir de 1995, com a crise bancária, os bancos adotaram uma estrutura financeira mais conservadora, esse fato pode ser observado na proporção de “Aplicações em títulos e Valores Mobiliário”, na Tabela 2, que duplica no período entre 94 e 99 (participação relativa no total de ativo). Esse crescimento ocorreu principalmente devido ao aumento da participação dos títulos públicos, o que evidencia uma busca por segurança dos bancos, já que estes títulos são seguros e de alta liquidez

#### 4.6 CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Analisando o passivo dos BMP, de acordo com a Tabela 3 e Tabela 4 abaixo, observa-se movimentos interessantes.

**Tabela 3 - Principais Contas do Passivo do Balanço dos bancos múltiplos Privados (R\$bilhões)**

<b>Passivo</b>	<b>dez/94</b>	<b>dez/95</b>	<b>Dez/96</b>	<b>Dez/97</b>	<b>Dez/98</b>	<b>Jun/99</b>	<b>Var. 94/99 (%)</b>
Obrig.por haveres Financ.	103,26	117,33	106,33	126,60	138,14	134,49	30,2
Moeda Escritural	10,89	9,94	8,10	15,09	14,59	15,38	41,2
Dep. Poupança	31,18	37,38	40,69	50,90	56,72	54,91	76,1
Dep. Prazo	58,58	68,63	56,44	59,57	64,71	61,69	5,3
Depósito Interfin.	1,20	(4,14)	8,85	10,92	11,55	12,90	975,0
Obrig. por Empr.e Repasses	10,01	27,56	13,91	10,66	14,95	15,81	57,9
Obrigações Especiais	0,24	2,86	0,32	0,33	0,13	0,01	-95,8
Obrig.por Arrecadação	0,92	0,72	0,27	0,57	0,76	1,91	107,6
Obrig.Externas	33,43	45,14	54,28	57,00	54,72	66,11	97,8
Obrig.Externas - CP	21,39	31,35	37,26	36,44	28,75	40,13	87,6
Repasses(res.63)	9,22	10,51	13,99	14,16	17,72	16,81	82,3
Operações Cambiais	19,81	26,19	23,64	22,85	25,53	33,68	70,0
Obrig.por pagto. A efetuar	4,89	6,18	5,97	6,15	7,83	4,37	-10,6
Obrig.por val. A incorporar	13,97	2,15	1,77	1,89	1,36	1,50	-89,3
Recursos Próprios	41,83	52,04	53,86	55,41	69,34	77,76	85,9
Provisões	6,39	26,48	12,77	14,14	18,50	20,89	226,9
Patrimônio Líquido	35,49	25,05	38,80	41,81	49,05	50,24	41,6

Fonte: Banco Central do Brasil (Suplemento estatístico). Elaboração própria - 2000.

Nota: Valores deflacionados pelo IGP para novembro de 2000.

De acordo com os dados da Tabela 3, destaca-se, em primeiro lugar, a elevação dos depósitos à vista em termos absolutos. Na Tabela 3, onde são apresentados os valores absolutos, os depósitos passaram de R\$ 10,89 bilhões em dezembro de 1994 para R\$ 15,38 bilhões em junho de 1999, um aumento de 41,2%, como resultado do esperado processo de remonetização da economia que se seguiu à introdução do real.

Contudo, essa alteração não chega a causar maior impacto sobre a estrutura do balanço, nem tampouco sugere que os bancos tenham encontrado neles uma fonte de recursos mais barata, tendo em vista os elevados compulsórios incidentes sobre tais depósitos e a sua magnitude em relação ao passivo total. Ao observar a Tabela 4 observa-se que esses valores apresentaram um leve decréscimo nesse mesmo período, passando de 4,7% do total do passivo em dezembro de 1994 para 4,4% em junho de 1999.

Deve-se destacar ainda que, comparativamente à década de 70, quando perfaziam mais de 20% do total do ativo dos bancos privados (Paula,1999b), a participação relativa dos depósitos a vista no total do ativo no período 1994/1998 é bem mais baixa, o que denota tanto a maior capacidade de provimento de quase-moedas por

parte do sistema bancário, como também a permanência de uma “preferência por flexibilidade”<sup>8</sup>, com reflexos sobre a composição das obrigações por haveres financeiros dos bancos.

**Tabela 4 – Proporção das Contas do Passivo do Balanço Patrimonial dos Bancos Múltiplos Privados ( % ).**

<b>Passivo</b>	<b>Dez/94</b>	<b>dez/95</b>	<b>dez/96</b>	<b>dez/97</b>	<b>dez/98</b>	<b>jun/99</b>
Obrig.por haveres Financ.	45,0	42,5	39,5	43,3	42,6	38,6
Moeda Escritural	4,7	3,6	3,0	5,2	4,5	4,4
Dep. Poupança	13,6	13,5	15,1	17,4	17,5	15,8
Dep. Prazo	25,5	24,9	21,0	20,4	20,0	17,7
Depósito Interfin.	0,5	-1,5	3,3	3,7	3,6	3,7
Obrig. por Empr.e Repasses	4,4	10,0	5,2	3,6	4,6	4,5
Obrigações Especiais	0,1	1,0	0,1	0,1	0,0	0,0
Obrig.por Arrecadação	0,4	0,3	0,1	0,2	0,2	0,5
Obrig.Externas	14,6	16,4	20,2	19,5	16,9	19,0
Obrig.Externas – CP	9,3	11,4	13,8	12,5	8,9	11,5
Repasses(res.63)	4,0	3,8	5,2	4,8	5,5	4,8
Operações Cambiais	8,6	9,5	8,8	7,8	7,9	9,7
Obrig.por pagto. A efetuar	2,1	2,2	2,2	2,1	2,4	1,3
Obrig.por val. A incorporar	6,1	0,8	0,7	0,6	0,4	0,4
Recursos Próprios	18,2	18,9	20,0	19,0	21,4	22,3
Provisões	2,8	9,6	4,7	4,8	5,7	6,0
Patrimônio Líquido	15,5	9,1	14,4	14,3	15,1	14,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco Central do Brasil ( Suplemento Estatístico). Elaboração Própria - 2000.

Os depósitos de poupança somados aos depósitos a prazo tiveram um crescimento contínuo no período, com uma participação relativa importante e estável ao redor de 37% no total do passivo. Observa-se, contudo, um crescimento maior dos depósitos de poupança *vis-à-vis* os depósitos a prazo, resultando em parte do fato de que vários bancos passaram a fazer aplicação automática dos recursos depositados em conta corrente em depósitos de poupança, concedendo liquidez automática aos recursos aplicados.

Outro item que teve um crescimento importante foi as “ obrigações externas” que, somadas às “operações cambiais”, perfazem mais de 25% do total do passivo dos bancos no período de dezembro de 1994 a agosto de 1999, contra cerca de 20% de

<sup>8</sup>A noção de preferência por flexibilidade dos agentes, que procuram em um contexto de alta inflação estabelecer contratos em prazos mais curtos e/ou indexados como mecanismo de defesa ao aumento da

participação relativa no início da década(Paula, 1998, p.131), uma evidência da maior “extroversão” do sistema bancário brasileiro num quadro de abertura financeira e de reinserção do país no mercado financeiro internacional, que marcou a década de 90. Como dito anteriormente os bancos obtiveram lucros significativos com o diferencial de taxas internas e externas neste período.

Esses dados evidenciam que a medida que o Plano Real avançou e os riscos associados às operações de crédito aumentaram, os bancos expandiram seus ativos de forma comedida, procurando aplicações que embutissem menor risco. O indicador de alavancagem mostrou que o conjunto dos bancos brasileiros procurou uma posição mais cautelosa no decorrer do período analisado, revelando de fato um perfil relativamente conservador na expansão do crédito, tendo em vista o elevado grau de inadimplência com que se defrontaram.

#### 4.7 ANÁLISE DOS DEZ MAIORES BANCOS MÚLTIPLOS PRIVADOS.

Os dez maiores bancos múltiplos privados são responsáveis por grande parte do ativo total dos bancos múltiplos. Sendo assim são eles que direcionam os movimentos das operações bancárias como um todo. Pode-se então restringir a análise ao comportamento desses bancos.

Analisando a estrutura patrimonial dos dez maiores bancos<sup>9</sup>, de acordo com a Tabela 5, observa-se um crescimento relativo e absoluto do passivo exigível a longo prazo, entretanto a manutenção da participação do ativo circulante no total do ativo revela uma manutenção de seu alto grau de preferência pela flexibilidade, estrutura típica do período de alta inflação. Ou seja, embora tenha havido um alongamento relativo nas obrigações e aplicações dos bancos, este alongamento não se realizou na magnitude que se esperava para um contexto de estabilidade de preços.

---

incerteza, foi desenvolvido originalmente por FRINKEL(1990). Sua utilização para análise da firma bancária é feita em PAULA(1997).

<sup>9</sup> Os bancos incluídos na amostra são: América do Sul, Bandeirantes, BCN, Boavista, Bradesco, HSBC Bamerindus, Itaú, Mercantil de São Paulo, Noroeste e Unibanco.

**Tabela 5 – Estrutura Patrimonial dos dez Grandes Bancos Privados<sup>10</sup> - 1994/98 (bilhões de dez/98)**

Discriminação	Valores Constantes de dez/98					Variação Real (%)				Participação Relativa				
	1994	1995	1996	1997	1998	94/95	95/96	96/97	97/98	1994	1995	1996	1997	1998
Ativo Circulante	78,09	100,11	104,83	118,22	118,04	28,2	4,7	12,8	-0,2	74,9	75,4	75,1	75,5	70,0
Ativo Real. a L.P.	13,81	17,06	19,01	21,56	27,35	23,5	11,5	13,4	26,9	13,3	12,9	13,6	13,8	116,2
Ativo Permanente	12,31	15,57	15,77	16,72	23,26	26,4	1,3	6,0	39,1	11,8	11,7	11,3	10,7	13,8
Ativo Total	104,21	132,74	139,61	156,50	168,64	27,4	5,2	12,1	7,8	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Passivo circulante	84,58	106,72	110,64	125,31	134,06	26,2	3,7	13,3	7,0	81,2	80,4	79,2	80,1	79,5
Passivo Exigível a L.P.	5,56	8,83	11,72	14,57	15,93	58,8	32,7	24,3	9,3	5,3	6,7	8,4	9,3	9,4
Patrimônio Líquido	14,07	17,18	17,25	16,61	18,66	22,1	0,4	-3,7	12,3	13,5	12,9	12,4	10,6	11,1
Passivo Total	104,21	132,74	139,61	156,50	168,64	27,4	5,2	12,1	7,8	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Depósitos Totais	56,63	64,22	59,08	71,99	84,66	13,4	-8,0	21,8	17,6	54,3	48,4	42,3	46,0	50,2
Oper. De Crédito (total)	49,07	59,40	64,23	66,53	69,05	21,1	8,1	3,6	3,8	47,1	44,8	46,0	42,5	40,9

Fonte: Paula, 1999 a.

Uma segunda observação diz respeito as operações de crédito que, como já foi exaustivamente discutido, cresceram substancialmente no período de 94/95 se arrefecendo a partir desse período. Isso pode ser observado na variação real anual, expresso na própria Tabela 5. No período de 94/95 as operações de crédito cresceram 21,1 % e nos períodos subsequentes essa variação caiu, mesmo havendo crescimento das operações de crédito. A tendência a desaceleração se intensifica no período 1996/98, momento de iminente crise externa no país, a partir das crises asiáticas e russa. A participação relativa das operações de crédito reduziram-se desde 94 quando atingiu o percentual de 47,1% do total do ativo chegando em 40,9% em 1998.

Para uma visão mais detalhada do comportamento das despesas e receitas dos dez maiores bancos pode-se se observar a Tabela 6 abaixo.

<sup>10</sup> Os bancos incluídos na amostra são: América do Sul, bandeirantes, BCN, Boavista, Bradesco, HSBC Bamerindus, Itaú, Mercantil de SP, Noroeste e Unibanco.



**Tabela 6 - Resultado de 10 Grandes bancos Privados – 1994/1998 (R\$ milhões)**

	1994	1995	1996	1997	1998
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>	21.640	27.908	28.170	23.025	29.622
Operações de crédito	9.470	19.283	177.770	15.219	16.307
Resultado Operacional c/ títulos e val.Mob.	6.700	6.477	8.412	5.590	10.774
Ganhos c/ Passivos sem encargos - perdas c/ativos	4.035	291	-	-	-
Outras	1.436	1.857	1.988	2.216	2.541
<b>Despesas de Intermediação Financeira</b>	(11.402)	(19.157)	(20.191)	(17.445)	(21.637)
Operações e Captação no Mercado	(9.831)	(13.593)	(13.613)	(11.239)	(15.707)
Prov. p/ Cred. De Liquidação Duvidosa	(978)	(4.675)	(3.799)	(3.449)	(3.090)
Outras	(593)	(888)	(2.779)	(2.757)	(2.840)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	10.238	8.751	7.979	5.579	7.985
<b>Outras Receitas / Despesas Operacionais</b>	(7.093)	(5.997)	(5.959)	(4.567)	(5.023)
Receitas de Prestação de Serviço	2.583	3.850	4.523	4.941	5.152
Despesas de Pessoal	(5.593)	(6.153)	(6.412)	(5.816)	(6.115)
Outras Despesas Administrativas	(4.916)	(5.368)	(6.200)	(5.866)	(6.327)
Result. De Participação em Coligadas/Controladas	1.282	1.578	2.153	2.325	2.874
Outras	(450)	96	(23)	(149)	(607)
<b>Resultado Operacional</b>	3.145	2.754	2.019	1.013	2.962
<b>Resultado não operacional</b>	(72)	(57)	(125)	(224)	(365)
<b>Resultado Antes da tributação e Participação</b>	3.073	2.791	1.895	788	2.597
<b>Lucro/Prejuízo do Exercício</b>	2.021	2.040	2.126	1.419	3.033
<b>Rentabilidade do P.L.</b>	14,36%	11,87%	12,32%	8,54%	16,26%

Fonte: Paula, 1999 a.

Nota: Os bancos incluídos na amostra são: América do Sul, Bandeirantes, BCN, Boavista, Bradesco, HSBC Bamerindus, Itaú, Mercantil de SP, Noroeste e Unibanco. Retirado de PAULA(1998)

O primeiro é a queda acentuada dos ganhos de *floating* que ficou praticamente nula a partir de 1995, obviamente resultado da queda da inflação; o segundo é o aumento das receitas de prestação de serviços que duplicou seu valor de 1994 para 1998, devido a liberação da cobrança de tarifas; o terceiro é o aumento substantivo das provisões para devedores duvidosos de 94 para 95 que mais que quadruplicou seu valor, resultado da euforia de operações de crédito logo no início do Real; o quarto foi o crescimento das receitas com os títulos públicos que quase duplicou de 97 para 98, contrapartida do aumento da participação dos títulos públicos nos ativos dos bancos. De acordo com esses elementos pode-se concluir que os bancos foram bem sucedidos em manter seu nível de rentabilidade, aumentando as receitas com operações de crédito e serviço durante o período inicial do Real e, posteriormente, com o aumento da instabilidade, explorando os ganhos com operações com títulos. Essa rentabilidade ficou acima dos 11% em todos os anos com exceção de 1997.

A necessidade de recomposição das fontes de ganhos, combinada com a expansão da economia no início do Plano Real, permitiu que os bancos expandissem suas receitas com “operações de crédito”, que dobrara de 1994 a 1995, e com “prestação de serviço”, esta última especialmente beneficiada pela liberação da cobrança de tarifas. Contudo, com a crise bancária iniciada no ano de 1995 e a instabilidade do nível de atividade econômica no Brasil durante os anos seguintes, as receitas com operações de crédito caíram paulatinamente a partir de 1996, enquanto que as receitas de prestação de serviços, de modo geral, continuou a crescer. Além disso, os elevados índices de inadimplência obrigaram os bancos a aumentar o valor das provisões para créditos de liquidação duvidosa, que mais que quadruplicaram em 1995 em relação a 1994.

## 5 CONCLUSÕES

Ao que tudo indica, portanto, os bancos foram bem sucedidos em manter seu nível de rentabilidade, aumentando as receitas com operações de crédito e serviços durante o período inicial do Real e posteriormente, com o aumento da instabilidade, explorando os ganhos com operações com títulos. A rentabilidade do patrimônio líquido de 10 grande bancos privados no período de 1994/1998 manteve-se, à exceção de 1997, acima de 11%. Sem dúvida, um índice de desempenho satisfatório e bastante próximo aos observados na década de 70, de acordo com os dados do “Balanço Anual da Gazeta Mercantil”

Durante o período de alta inflação, o sistema bancário brasileiro foi capaz de apresentar desempenho bastante positivo, através da adaptação de sua estrutura patrimonial visando explorar as oportunidades de ganhos inflacionários, obtidos com o *floating* de recursos e com os elevados *spreads* na intermediação financeira, que o quadro macro-insitucional permitia, face à existência da sofisticada e abrangente institucionalidade da moeda indexada. Neste contexto, o sistema bancário brasileiro desenvolvia suas atividades nos segmentos de curto prazo do mercado financeiro e direcionava seus recursos basicamente para o financiamento do setor público em detrimento da oferta de crédito ao setor privado.

A partir da introdução do real e da queda abrupta dos índices de inflação, os ganhos inflacionários virtualmente desapareceram e os bancos tiveram de se adaptar ao novo ambiente através da ampliação das operações de crédito. Contudo, esse movimento foi revertido a partir dos impactos do “efeito tequila” e da subsequente política contracionista adotada pelo governo, e se refletiu sobre a estrutura patrimonial dos bancos privados, que passaram a adotar uma postura mais avessa ao risco. Mais recentemente, no quadro da crise externa que veio se configurando em 1997 e 1998, os bancos aprofundaram seu ajuste patrimonial, sobretudo através do aumento na participação de aplicações em títulos e haveres mobiliários na composição do ativo e da acentuada contração creditícia, além da realização de um “hedge” cambial contra possível desvalorização cambial, que de fato ocorreu no início de 1999.

A busca de flexibilidade como estratégia de sobrevivência (prestação de serviços e aplicação em títulos públicos) posta em prática pelo sistema bancário a partir da crise de 1995 foi bem sucedida. Ao invés de continuarem a sofrer perdas devido à instabilidade macroeconômica, ampliada a partir da crise asiática e russa, os bancos conseguiram, em seu conjunto, se posicionar de modo defensivo e, até mesmo, em condições de extrair vantagem do ambiente desfavorável, como demonstram a evolução dos índices de rentabilidade. Em 1999, o sucesso dessa estratégia fica evidente, quando muitos bancos lucram bastante com a mudança do regime cambial e com a elevação dos juros. A estratégia de flexibilidade patrimonial permitiu aos bancos aplicarem em títulos público pós-fixados e/ou atrelados à correção cambial, alterando a composição do portfólio segundo as suas expectativas de curto prazo sobre o comportamento da economia brasileira. Tal ajustamento, contudo, só foi possível devido às necessidades e condições de financiamento da dívida pública no Brasil – de perfil curto e remunerando os títulos a altas taxas de juros reais – que no período analisado cresceu aceleradamente.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ASSAF NETO, A. *Mercado Financeiro*. 3. Ed., São Paulo: Atlas, 2000, Cap.1 e 3.
- BARROS, J. R. M.; ALMEIDA JÚNIOR, M. F. *Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil*. Brasília, Mai.,1997. Disponível em: [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br) acesso em: 02.12.2000
- BARROS, J. R. M., LOYOLA, G. J. L., e BOGDANSKI, J., *Reestruturação do Setor Financeiro*. Brasília, Jan.1998. Disponível em: [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br) acesso em: 02.12.2000.
- BEVILAQUA, A. S.; LOYO, E. *Openness and efficiency in Brazilian banking*. Rio de Janeiro: PUC, 1998. (Texto para Discussão, nº 390)
- CAMPELO JÚNIOR, A.; MACHADO, A. Os Bancos que Mais Crescem – O ajuste Continua. *Conjuntura Econômica*, v. 49, n.12, p. 33-40, dez.1997.
- CHICK, V. A Evolução do Sistema Bancário e a Teoria da Poupança, do Investimento e dos Juros. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.15, n.1, p.9-23, 1994.
- CHICK, V. Sistema Bancário. In CHICK, V. *Macroeconomia Após Keynes: Um Reexame da Teoria Geral*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993, cap.12.
- DORNBUSCH, R.; FISCHER, S. *Macroeconomia*, 2.ed., São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991, Cap.11.
- FARIA, L. V. A Crise dos Bancos. *Conjuntura Econômica*, v.53, n.12, p.17-20, dez. 1995.
- BANCOS Lucram em Janeiro além do Esperado. *Gazeta Mercantil*,. mar. 99. p. B-1
- GRADILONE, C., Cabeça de Engenheiro. *Exame*. v. 34, n.7, p.152-158, abr. 2000. Ed. 711
- GUERRA, O. Os Bancos e a Indústria no Brasil pós anos 80.In: GUERRA, O. *Bancos e Indústria no Brasil*. Salvador: UFBA / FCE / CME, 1999. Cap. 5.
- HILLBRECHT, R. *Economia Monetária*. São Paulo: Atlas, 1999. Parte III, Capt.8, 9 e 10.
- IBGE /ANDIMA. *Sistema Financeiro*. Uma Análise a partir das Contas Nacionais, 1990-1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- LAMY, R. Rentabilidade dos Produtos. In: LAMY, R. *Custo de Produtos e Serviços Bancários*, São Paulo, 1987. p.141,147.

- MAYER, T.(Org.). *Moedas, Bancos e a Economia*,. 4 ed. Rio de Janeiro: Campos, 1993, Cap.1, 2, 5 e 6.
- MINSKY, H. *Can "IT" Happen?*. New York. M.E. Sharpe, 1982.
- MINSKY, H. *Stabilizing an unstable economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- PAULA, L.F.R. Dinâmica da Firma Bancária em Alta Inflação. *Revista de Economia Política*. v. 17, n.1 (65), Jan./mar. 1997.
- PAULA, L.F.R.; ALVES JÚNIOR, A.J.; MARQUES, M.B. *Ajuste Patrimonial e Padrão de Rentabilidade dos Bancos Privados no Brasil durante o Plano Real*. . Rio de Janeiro,1999a (texto premiado no concurso de artigos da COFECON recebido via e-mail direto do autor: lfpaula@ax.apc.org).
- PAULA, L. F. Teoria da firma Bancária. In: LIMA, G.T, SICSÚ, J.; PAULA,L.F., *Macroeconomia Moderna*. Rio de Janeiro: Campus,1999, Cap.7.
- PETITINGA, L. A., O Comportamento da Meta da Taxa Selic e a Expansão do Crédito Bancário. *Conjuntura e Planejamento*, Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.1, n.75, ago. 2000.
- PUGA F. P. Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial. In: GIAMBIAGI, F., MOREIRA, M. M.(Org.), *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- REED, E. W.; GILL, E. K. *Banco Múltiplos e Privados*. São Paulo: Makron Books, 1994.
- SANDRONI, P., *Novo Dicionário de Economia*. 6 ed. São Paulo: Editora Best Seller,1994.
- SANTOS, J.E. *Mercado Financeiro Brasileiro*. São Paulo:Atlas,1999. Cap.1